CORREIO REAL

25

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

JUNHO 2022

ENSAIO

Um olhar sobre a Constituição de 1822 duzentos anos depois por Carlos Bobone

> Regeneração dos oceanos: intervenção do Príncipe da Beira

No Jubileu de Platina de Isabel II

A era isabelina - o legado de uma Rainha

por António Pinheiro Marques



ENTREVISTA

Pedro Quartin Graça

Novo presidente da Causa Real. "Faço (...)." um apelo ao trabalho e ao empenho de todos. Esta Direcção está empenhada".



NOTA DE EDITOR

L'importante que vá prevalecendo entre nós a noção de que, fora dos nossos meios, das nossas bolhas familiares, sociais e "capelinhas", a nossa Causa vem perdendo reconhecimento social. O caso é ainda mais evidente entre os jovens cada vez mais inacessíveis nos seus mundos de ecrãs individuais, embrenhados numa cultura consumista, niilista e laicizada. A desproporção de forças entre o mundo que prevalece e o nosso é abismal, bem sabemos. A isso acresce a sensação de que os melhores de entre nós se desinteressaram de trazer a Causa e os nossos ideais para o debate no disputadíssimo espaço público,

para junto das pessoas comuns. suas convicções estão convenientemente remetidas para o foro privado. Alguns autocomprazem-se em vaidades espúrias e muitos submergiram nas suas realidades virtuais sem que se lhes conheça assomos consequentes à superfície. Esquecidos de que a cidade, lá fora, bule, agitada num afã

indiferente, composta por sobrevivências anónimas que constituem hoje a sua realidade nua e crua. O país que herdámos dos nossos pais e avós desgoverna-se sem Deus, sem Rei nem roque, rumo a lugar nenhum.

Longe vão os tempos em que, da academia, do jornalismo, da política ou das artes, se destacavam uns quantos na estruturação de doutrinas, na elaboração de teses e na preparação de estudos e na articulação de pensamento que fundassem um discurso sério e cativante na defesa desassombrada do papel do Rei nesse Portugal orgânico que, alicerçado na sua história e aberto a todos e ao futuro, buscava uma metafisica, um horizonte que justificasse todas as penas e todos trabalhos. A sua acção iluminava de esperança o nosso destino e alentava a nossa Causa nutrindo-a, alimentando-a, cultivando no seu seio o hábito de pensar para agir. Não, o nosso passado nem sempre foi brilhante, sopesadas as coisas antes pelo contrário, o problema é que nos roubaram a utopia que a nossa incompletude humana reclama.

Recentemente o Senhor Dom Duarte e a Senhora Infanta Dona Maria Francisca, descolocaram-se a Díli, no outro lado do mundo, a convite do governo de Timor-Leste, para tomarem parte nas celebrações dos vinte anos da restauração da independência do país. Este gesto,

justíssimo, de homenagem e de reconhecimento para com o Chefe da Casa Real – que alguns em Portugal ainda teimam em negar-lho - pelo papel decisivo (e tantas vezes solitário) que assumiu na defesa do sacrificado povo de Timor passou largamente ao lado das coberturas noticiosas dos principais órgãos de comunicação social. Na verdade, não conseguimos vislumbrar uma reportagem ou notícias dignas desse nome que o refiram e que sublinhem o lugar cimeiro que SAR ocupa na história timorense e que os próprios não se cansam de referir.

Conhecendo relativamente bem aquele meio, a causa

desta "inexistência" mediática, mais do que decorrente de preconceito, será simples desleixo e... indiferença. O que é que estamos a fazer de errado?

Aqui chegados, a questão prática que se nos deve colocar, é a de saber como havemos de conseguir inverter este lento caminho para a

insignificância, e de que modo o movimento pode voltar a atrair para o seu seio alguns dos melhores e mais influentes elementos da nossa comunidade. E por melhores entendase aqueles a quem se experiência, sabedoria e autoridade, cuja opinião escutamos, cuja imagem, discursos e escritos, sobressaem da amálgama de informação que recebemos diariamente, e que fazem a diferença no espaço público. Quem é que os dispensou e nos atirou a todos para o fundo da sacristia, para a quase irrelevância?

Do Congresso da Causa Real do passado mês de Maio saiu uma nova liderança e uma nova direcção com objectivos claros de recolocar o ideal monárquico na agenda nácional. Não sou dos que acreditam na resolução dos problemas de cima para baixo, mas é certo que temos todos o dever de com ela trabalhar para fortalecermos o movimento e promovermos a nossa ideia de Portugal. Não temos o direito de fraquejar. Devemo-lo à Família Real, aos que nos precederam, a nós próprios e, também ou sobretudo, aos nossos filhos.

João Távora, Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto. - 1200-243 Lisboa Atendimento de segunda a sexta-feira, das 11 às 14 horas Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702 Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.reallisboa.pt Real Associação de Lisboa



A questão prática que se nos deve colocar, é a

este lento caminho para a insignificância, e de que

modo o movimento pode voltar a atrair para o seu

seio alguns dos melhores e mais influentes elementos

da nossa comunidade.

de saber como havemos de conseguir inverter

Direcção e coordenação: João Távora Redacção: Carlota Cambournac, João Távora, João Vacas, Pedro Velez (revisão final)

Design e edição: Ana Olivença

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12°, n°1, alínea a)



OPINIÃO E DEBATE

- . Após congresso... | Paulo Valença
- . Uma visão sobre o 26º Congresso da Causa Real
- . Quando o povo souber I João Vacas
- . Em direção a uma comunidade política de todos os portugueses? | Pedro Velez

CONVIDADO ESPECIAL

• Gonçalo Pimenta de Castro | Entrevista de João Távora

 Um olhar sobre a Constituição de 1822 - duzentos anos depois | Por Carlos Bobone

DOSSIER

. No Jubileu de Platina de Isabel II - A era isabelina

- o legado de uma Rainha | António Pinheiro Marques

ENTREVISTA

• Pedro Quartin Graça | João Távora

NOTICIÁRIO

. Juventude Monárquica Portuguesa

. 33º Aniversário da RAL celebrado no Sobral de Monte Agraço

NOTÍCIAS DA CASA REAL PORTGUESA

. Conferência Círculo do Mar: Regenerar o Oceano . O Protesto formal da Grã-Duquesa Charlotte do Luxemburgo

BIBLIOTECA

. O Retrato de D. Maria Bárbara de Bragança no Palácio de Mafra | Sérgio Gorjão

Fotografia de capa: Nuno de Albugueraue

EDITORIAL



Pedro Quartin Graça Presidente da Direcção Nacional da CAUSA REAL

Decorreram já dois meses sobre a realização do XXVI Congresso da CAUSA REAL que teve lugar na Universidade de Évora nos passados dias 12 e 13 de março. A reunião do mais importante órgão do movimento traduziu-se numa enorme prova de confiança na equipa candidata aos órgãos sociais da CAUSA REAL e que foi visível, quer por via da enorme participação de um elevado número 130 delegados e observadores presentes no evento, quer pela participação online, de forma inovadora, de todos quantos não puderem fisicamente participar no mesmo.

A aprovação por parte dos congressistas com uma maioria muito significativa da moção de que fui primeiro subscritor intitulada "Monarquia é

Liberdade" e, posteriormente, a eleição da lista candidata com uma generosa percentagem de 70%, criaram condições para que os novos órgãos ora eleitos possam desenvolver o seu trabalho em benefício dos nossos ideais e pela monarquia em Portugal.

A moção aprovada baseia-se

em premissas que reputamos de fundamentais. Por um lado porque, apesar dos esforços dos últimos anos, a mudança de regime que defendemos não está ao alcance de um estalar de dedos, antes requer um árduo trabalho de solidificação e projecção mediática do movimento. Por outro, porque se torna necessário fazer diferente do regime que foi implantado com e pela República, surgido após um Regicídio infame, num regime jamais sufragado em democracia.

A proposta que apresentamos é bem diversa e, desde logo, genuinamente democrática: a Restauração da Monarquia pela vontade e com o apoio do Povo Português.

As "armas" são, pois, desiguais. Cientes que estamos de que esse caminho é o adequado, realçamos aquilo que a Instituição Real pode dar a Portugal: uma entidade de referência intemporal e independente, precisamente como garante da unidade da Nação, garantia de perenidade do património humano, cultural e histórico de Portugal. Tudo aquilo, em suma, que esta 3ª República não representa, não representou nem alguma vez representará.

A 3ª República está velha, moribunda, corroída por dentro, apenas subsistindo através de balões de oxigénio. A incapacidade do regime em se regenerar resulta evidente aos olhos dos Portugueses através de múltiplos sintomas: a perpetuação dos limites materiais da Constituição, situação sem paralelo em praticamente todo o mundo; a incapacidade de revisão do sistema eleitoral no continente; o escandaloso desperdício de entre quinhentos mil a um milhão de votos que não elegem ninguém nas eleições legislativas; a continuação da proibição de candidaturas independentes ao Parlamento português; a sistemática tentativa de eliminação por via administrativa dos partidos políticos com menor expressão eleitoral e, por fim, o domínio do Estado por parte dos grandes aparelhos partidários, centros



políticos fechados ao exterior e incapazes de aceitar a diversidade de opiniões.

Não sendo a CAUSA REAL, nem querendo ser, um partido político somos, contudo, da opinião que a mesma não pode nem deve manter-se alheada da continuada degradação da vida política nacional. É, pois, tempo, 50 anos após o 25 de Abril de 1974, de abrir uma discussão séria e determinada sobre as temáticas que atrás elenquei.

Mas a CAUSA REAL deve ir mais longe mantendo uma estreita vigilância, na triste constatação que fazemos de que poucos ou nenhuns agentes políticos se arriscam a corporizar qualquer oposição digna de menção no que diz respeito às tentativas, que serão já visíveis nos próximos meses, por via da já anunciada revisão da Constituição, de por em causa

os direitos, liberdades e garantias consagrados no texto fundamental do país. A este propósito é com enorme apreensão que verificamos o envolvimento presidencial ao mais alto nível por parte de Portugal no sentido da aprovação do "supertratado das

pandemias", verdadeira arma que arrumará a um canto a Constituição portuguesa, em conjugação com a já aprovada e surreal "Lei do Clima" e que permitirá a implementação de regimes de excepção ao Estado de Direito em Portugal.

Ou seja, de um Estado de Emergência pontual poderemos passar, com uma simples decisão de uma autoridade de saúde internacional, por muito desacreditada que a mesma esteja, para uma continuada restrição de direitos fundamentais que põem, em causa a liberdade de circulação, de associação e de manifestação, já para não falar da liberdade de opinião dos portugueses, hoje já reféns de uma "ditadura do politicamente correcto".

A luta pelo ambiente, desde sempre abraçada pelo Senhor Dom Duarte e por um conjunto muito significativo dos monárquicos portugueses, não pode nem deve passar pela utilização do mesmo como desculpa para a necessidade de implementação de uma agenda extremista, anti-família, anti-vida, tudo a pretexto do combate às apelidadas alterações climáticas, como se o simples respirar de uma criança fosse um crime que contribui para a degradação do ambiente no planeta.

Urge pois, e esse é também o papel da CAUSA REAL, ajudar a combater a grave crise de identidade cultural e espiritual e de falta de esperança no futuro, através da adopção de uma agenda que evidencie o real contributo da monarquia para Portugal.

Os Portugueses, na hora da crise apertar, e também pela incapacidade de vislumbrarem outros que os defendam, verão no seu Rei a figura que, a exemplo dos seus antecessores, lutará pelo seu devir comum.

É nisso que esta equipa também se empenhará. Viva o Rei! Viva Portugal!

Não sendo a CAUSA REAL, nem

degradação da vida política nacional.

contudo, da opinião que a mesma não pode

nem deve manter-se alheada da continuada

querendo ser, um partido pólítico somos,

APÓS CONGRESSO...

PAULO VALENÇA*

Novo Correio Real, novo ano e nova vida na Causa Real! Em alinhamento com a Moção de Estratégia MONARQUIA É LIBERDADE, a Real Associação do Porto apoiou a candidatura encabeçada por Pedro Quartin Graça aos Órgãos Sociais da Causa Real.

Monarquia é Liberdade, pois o Rei não se condiciona a apoios

para ser quem é e não paga favores por atingir o seu estatuto. A única condicionante é o compromisso entre Rei, Pátria e Povo, nada se sobrepondo a esta trilogia. Só para o Povo o Rei volta as atenções, só por ele o Rei actua. A sua independência permite-lho e disso o encarrega. Do Povo, o Rei é provedor, do Rei, o Povo é sustentação! Mesmo o Rei sem Monarquia...

Monarquia é Liberdade porque decorre de democracia, do poder do Povo, que aclama e segue quem por ele se preparou e quem a ele se dedica para a vida. É no Rei que o Povo se revê. Até no Rei não reinante...

Monarquia é Liberdade porque quer o progresso da sociedade, o qual não se faz com restrições ao livre pensar e agir de cada um que respeite o pensamento e acção dos outros; só é livre quem aceita a liberdade, e, em Portugal, hoje, não há completa liberdade, pois, por decreto, impede-se um sistema político alternativo, o que restringe direitos de cidadania.

Monarquia é Liberdade porque é de todos e para todos que se

assumem como parte de uma sociedade activa e participativa, defensora da identidade, garante da coesão e equidade social, promotora da economia justa e defensora do ambiente e ecologia, agindo apenas para o bem comum.

Em liberdade, a Causa Real, tem de apontar o que vai mal e acautelar o interesse da sociedade, visibilidade procurando e participação no debate político nacional. Levar a voz dos monárquicos ao terreno! Com um discurso interno coerente que dê mensagem compreensível

no exterior, com ideias contemporâneas e convicções.

Vimos essa idiossincrasia em pensamentos com que nos identificávamos, que evoluíram em reflexões conjuntas que fizemos e que geraram a Moção consonante com os nossos propósitos. Por isso aderimos ao processo que elegeu os actuais Órgãos Sociais e aprovou a Moção de Estratégia.

E atingiu-se o objectivo, debatendo democraticamente com outras formas de pensar e outras perspectivas metodológicas para atingir o mesmo fim: a Monarquia. Foi bom, de forma aguerrida e frontal, discutir política e foi saudável confrontar ideias e modelos. Foi animador ver tantos a participar. Provou-se que, à volta de uma Causa Real viva, o Movimento progride. Foi enriquecedor o Congresso.

Poucas semanas após, espera-se que estejamos, de novo, todos juntos no mesmo percurso, com a incumbência de trazer outros para junto a nós, que concentremos esforços e recursos para, com a necessária força, podermos contrariar os nossos detractores republicanos; esses sim, os nossos adversários.

Temos a melhor arma para esta luta: o Herdeiro da História de Portugal dedicado, preparado, activo e acarinhado pelo Povo e sempre pronto a reflectir sobre questões que atingem a sociedade. E uma Família Real que é exemplo, representando muito bem, sempre, o nome e o pulsar de Portugal. Uma Casa Real que interage connosco e nos permite (inter)agir, sempre e cada vez mais.

Com novo ânimo na Causa Real, com união reforçada no Movimento, com grande ligação a Suas Altezas Reais os Duques de Bragança e ao Príncipe das Beiras e aos Infantes, que obstáculos se põem ao avanço na direcção do sistema Monárquico? Somente o deixarmos esmorecer a chama, o desacertar o discurso, o permitir

> que o contrário do que aqui se preconiza prevaleça, recusando unidade e criando fragmentação.

> Há que trabalhar profunda e sistematicamente em abono da ideologia e do sistema que procuramos, trabalhar a uma só voz, mesmo que com diferenças de timbre. Tendo o Rei em república e aproveitando todas as oportunidades que se põem para conseguir ter o Rei na Chefia de Estado. Não esmorecendo por ser o Rei dos

Portugueses e não, ainda, o Rei de Portugal, mas não recusando fazer o caminho passo-a-passo, por, iludidos, acreditarmos que a meta está próxima e é de alcance fácil. Por isso, ser roialita, é articular o ser royalist e realista, não sendo o roialismo um fim, mas o meio para atingir o fim!

Reorganizar o Movimento, doutrinar, comunicar (com ferramentas como este Correio Real, como a Real Gazeta do Alto Minho e como a TVMonarquia que há que potenciar), contribuindo

CONGRESS CAUSA REA 12 & 13 Marco

Reorganizar o Movimento,

(...), contribuindo sempre para fortalecer a imagem da Família

Real e palmilhando o território,

acompanhando o nosso Rei.

comunicar

doutrinar,

sempre para fortalecer a imagem da Família Real e palmilhando o território, acompanhando o nosso Rei. Passando mensagem àqueles com quem nos cruzamos, mostrando a validade das nossas ideias e a natureza da nossa forma de viver, de estar e de pensar. Actuando de forma articulada entre Causa Real, Reais Associações e Juventude Monárquica, fazendo política e não prática social ou cultural. Chamando os jovens à decisão. Concertando agenda com Suas Altezas Reais e com o Príncipe da Beira, que vem assumindo o seu papel natural, o que muito nos alegra.

Foi por isso que a Real Associação do Porto e alguns dos seus Associados e dirigentes se disponibilizaram para o projecto à escala nacional, integrando Órgãos Sociais da Causa Real. Acreditamos que vale a pena e que é possível! Cá estamos, de corpo e alma, mas não prescindindo do nosso sentido crítico e reivindicativo à moda do Porto...

Viva a Família Real! Viva o Rei dos Portugueses!

*Presidente da Direcção da Real Associação do Porto

Uma visão sobre o 26° Congresso da Causa Real

ÁLVARO MENESES*

To recente 26º Congresso da Causa Real, pela primeira vez em **Y**muitos anos (confesso não ter tido a preocupação de ver se alguma vez assim ocorreu), candidataram-se duas listas à Direcção Nacional da Causa Real. Uma, encabeçada pelo Senhor Professor Doutor Pedro Quartin Graça, assumia-se como de continuidade do caminho seguido pela Causa Real nos últimos anos, centrada no conceito de rei dos portugueses. Foi vencedora e desejo-lhe êxito. A outra, que tive a honra de representar, apresentou-se em defesa da Monarquia e dos ideais que lhe são inerentes. A primeira preconiza a aproximação às instituições da República e à escala de valores republicanos, procurando que o regime vigente aceite a inclusão de Sua Alteza Real nos seus quadros. A segunda defende a Monarquia como um regime distinto da República, na sua forma e no seu conteúdo. Sustenta a preservação das raízes fundadoras de Portugal que são indissociáveis dos valores judaico-cristãos e muito particularmente dos valores implícitos no Catolicismo. Não é uma questão religiosa, é, sim, a definição de um modelo de sociedade sedimentada no respeito por aqueles valores, nos quais se inclui a família e o carácter sagrado da vida humana. Para aqueles que

têm uma compreensão incompleta destes assuntos, assinalamos que defendemos a separação do Estado e da Igreja e a liberdade de culto e religião, ou até a liberdade de não se ter religião nenhuma. Mas,

se aqueles valores são o suporte da identidade do nosso povo são também o garante do respeito pela pessoa humana, da liberdade e do pluralismo.

A este propósito, relembro que no ano passado se completaram 375 anos sobre a data da Coroação de Nossa Senhora da Conceição pelo rei Dom João IV. Por causa da pandemia, só no dia 25 de março do corrente ano foi comemorada a efeméride.

Nas cerimónias, que decorreram no Santuário de Vila Viçosa, pergunto, onde estavam os monárquicos e as organizações que os representam? Pergunto até, onde estavam as ordens da Casa de Bragança? Sua Alteza Real foi convidado pelo Senhor Arcebispo de Évora que presidiu à cerimónia. O Senhor Arcebispo procedeu como devia, mas não deixo de sentir que o Senhor Dom Duarte foi convidado para sua própria casa. Apareceu sozinho e sozinho esteve. Os defensores da inclusão de Sua Alteza no protocolo do Estado dirão que este é o resultado de não haver um lugar definido. Enganamse, pois, se coubesse um lugar submetido a regras do protocolo do estado republicano, Sua Alteza estaria na mesma fila onde agora ficou. Mas isto não é uma questão de protocolo. Aliás, palavras como protocolo e etiqueta fazem-me sempre pensar que são termos usados por quem não entende o verdadeiro significado das coisas e procura regulamentá-las com normas banais. Não compreendem que há pessoas e coisas que valem por si e pelo significado que encerram, havendo também lugares e momentos próprios que lhes são atribuídos e que não podem ser outros. O Senhor Duque de Bragança tem o lugar de destaque, que lhe diz totalmente respeito, numa cerimónia em homenagem a um acto de elevado significado, efetuado pelo seu antecessor o rei Dom João IV.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República não deixou de estar presente. Atribuo, no entanto, este facto mais às características pessoais do Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa do que propriamente à República, que não vejo que, como laica e adversa à Coroa, tenha afinidades com uma celebração comemorativa da

Coroação de Nossa Senhora.

Mas, regressando ao Congresso, no período que o antecedeu, em preparação da candidatura, deu para perceber que há militantes da Causa Real que, embora assumam que esta não é um partido político, se comportam nela como sendo. E fiquei a saber que na tentativa de dissuadir potenciais não aderentes, houve quem se gabasse de usar, com experiência, as manhas dos partidos políticos. Por minha parte prefiro a verdade, a frontalidade e a clareza. Vieram ter comigo desabafos e lamentos de quem se revoltava contra pressões que sofria para cumprir uma disciplina de voto, contrariando o seu verdadeiro desejo, dando razão a que num congresso eleitoral todas as votações sejam por voto secreto.

Apercebi-me também, nos múltiplos contactos que tive, que há muitas reais associações que se sentem isoladas, abandonadas e menosprezadas. Apesar de haver reais que tem uma actuação absolutamente meritória, não lhes é dada a devida relevância e, mercê do número reduzido de militantes com cotas pagas, têm uma fraca representatividade nos congressos. A este respeito é necessário também tornar-se perfeitamente límpida e esclarecida a representatividade que as reais, com números distintamente elevados de delegados, efetivamente têm. Também me parece ser absolutamente necessário reformular a representatividade por inerência que os elementos dos órgãos sociais da Causa têm nos

congressos.

Não posso também deixar de referir a forma ligeira como o Senhor Dom Duarte foi recebido neste Congresso. O adjetivo ligeiro é o máximo que quero usar. Sua alteza Real chegou ao Congresso da

Causa Real sem qualquer acto formal para o receber. Foi preciso um atento membro da assistência perceber que o Senhor Dom Duarte se encontrava sentado numa das filas traseiras do auditório, para que, em alta voz, interrompesse os trabalhos e clamasse pela atenção de todos. Reparou-se também que, no programa oficial, não constava uma sessão formal de cumprimentos, nem sequer um almoço em honra. Os cumprimentos foram, como sói dizer-se, ao molho, e o almoço ficou combinado ad hoc. Também nem todos tiveram o cuidado de se vestir de forma um pouco mais cuidada e cerimoniosa. Houve até quem, estando no congresso na véspera, se dispensasse de estar presente no dia em que Sua Alteza iria ser recebido. Não faço juízos, pois cada um saberá das suas razões, mas não deixou de ser notado. Entendo que a informalidade e o à-vontade q.b. sejam aceites com agrado e simpatia. Também acho desnecessários formalismos excessivos e sobretudo despidos de razão e significado. Todos conhecemos a afabilidade e naturalidade com que Sua Alteza Real comunica com as pessoas. Mas o senhor Dom Duarte é o chefe da Casa Real Portuguesa, descendente e representante dos reis de Portugal, o que significa personalizar o Povo Português e a sua História, deve pois ser tratado com majestade. Não é ao senhor Dom Duarte que compete exigir ser tratado com majestade, nós é que temos esse dever.

Termino estas linhas com uma nota positiva e de esperança. Tive o grato prazer de constatar que a Juventude Monárquica Portuguesa está neste momento bem servida e representada. É uma Juventude que sabe o que quer, que tem valores e pretende dignificá-los. Não aceita ser tutelada, mas ouve com atenção os mais velhos e os que considera mais experientes, a fim de aprender e melhorar. É uma Juventude que sinto como verdadeiramente monárquica. Assim o seja para bem da Monarquia e de Portugal.

*Presidente da Real Associação de Viseu

Tive o grato prazer de constatar que a

neste momento bem servida e representada.

Juventude Monárquica Portuguesa está

Quando o povo souber

JOÃO VACAS

 ${f A}$ editora Razões Reais publicou em Maio de 2020 o livro Quando o povo quiser – uma antologia comemorativa

dos dez anos do Correio Real - cujo título se inspira num excerto da conclusão do excelente ensaio "O Rei e a Constituição" da autoria do senhor Professor Manuel Braga da Cruz. Esta aponta para a vontade de um «povo mobilizado e sensibilizado por quem tem convicções monárquicas» que,

em referendo, poderia escolher democraticamente uma outra forma de Chefia do Estado.

É sabido que a forma republicana de governo, consagrada na alínea b) do artigo 288.º, é um dos limites materiais à revisão da Constituição vigente, significando, por isso, que, no actual quadro constitucional, semelhante alteração careceria de uma prévia eliminação daquele obstáculo formal. Mas, se o povo quisesse, não seria certamente este a detê-lo. As bibliotecas estão cheias de instrumentos jurídicos destinados à imortalidade e rotulados de perfeição que não duraram o tempo que demorou a secar a tinta em que foram imprimidos.

A questão prende-se, sobretudo, com o povo e a sua vontade. Se esta está em condições de ser exercida em liberdade e se essa liberdade é fundada em conhecimento. A falta dele não constitui uma fatalidade, mas esta é potenciada pela informação errada ou, no mínimo, imprecisa (para não lhe chamar outras coisas) que reiteradamente recebe sobre a História do país. Tivemos um exemplo flagrante disso mesmo há pouco tempo por parte de alguém que, não apenas pelas funções que exerce, que são transitórias, mas pelas de toda a sua vida, tinha obrigação de ser mais rigoroso.

Refiro-me às declarações do Presidente da República, proferidas por ocasião do VII Congresso Nacional da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores – no passado dia 6 de Maio. Nestas, o senhor Professor, e sublinho a palavra Professor, Marcelo Rebelo de Sousa disse ser «Tudo muito difícil numa pátria em que a monarquia absoluta durou do

quase início da sua História até ao quase final do século XX.» Ao lê-las na comunicação social – incrédulo - fui confirmar se correspondiam à verdade: correspondem. São facilmente consultáveis no site da Presidência da República.

À incredulidade seguiu-se a estupefacção e à estupefacção a tristeza. Descontando o mais que provável lapso quanto ao século XX, não é admissível que um Professor de Direito passe

uma borracha sobre as formas distintas de funcionamento e de organização do Estado Português durante mais de setecentos anos e as reduza a um conceito tão equívoco quanto circunscrito no tempo.

Não, Portugal não foi uma monarquia absoluta da sua

fundação até quase ao fim do século XX. E quem o disse sabe-o. Sabendo-o, não poderia tê-lo dito. Muito menos como justificação sintética para todos os nossos males.

Teria sido excelente que a monarquia tivesse sido capaz de resistir à erosão que a corroeu, renovar-se e subsistir. Mas hoje seria igualmente bom que quem chefia o Estado atentasse no que diz, demonstrasse mais respeito pela verdade e, de caminho, fosse capaz de rectificar erros próprios flagrantes.

Passados que estão mais de 110 anos da implantação da República, é manifesto que as dificuldades pátrias não se resolveram pela adopção da forma republicana de governo,

tendo sido agravadas por ela em muitos casos. E arriscam continuar a agravar-se se quem cumpre mandatos públicos de especial relevo optar pelo disparate como forma de as justificar.

Quando o povo souber talvez queira, mas dificilmente quererá o que desconhece. Há décadas que lhe negam verdades elementares sobre o que fomos e o que poderíamos ter sido. Felizmente que no Estado português ainda há quem não escamoteie o contributo da monarquia para o nosso caminho comum multissecular.

(...) na lembrança da forte ligação familiar de Vossa Alteza Real, Grão-Duque Henri, com Portugal desde D. Miguel, em pleno século XIX, aliás aqui presente, tal como seu irmão D. Pedro, na pessoa do herdeiro de séculos de

História de Portugal, que nós respeitamos e evocamos sempre, um exemplo do que é Portugal e Portugal democrático.

Nesse dia 11 de Maio, o do jantar oferecido a Suas Altezas Reais os Grão-Duques do Luxemburgo pelo Presidente da República, o estadista Marcelo Rebelo de Sousa prevaleceu sobre um outro Marcelo Rebelo de Sousa. Seria bom que estivessem mais vezes de acordo.

Nota

🛮 🖥 Não, Portugal não foi uma monarquia

do século XX. E quem o disse sabe-o. Sabendo-o,

não poderia tê-lo dito. Muito menos como

justificação sintética para todos os nossos males.

absoluta da sua fundação até quase ao fim

Cfr. https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2022/05/presidente-da-republica-no-congresso-da-acege/ ou https://www.youtube.com/watch?v=9BxulaS0BVQ (minuto 06:14)

Cfr. https://www.youtube.com/watch?v=7mBAFhNOgVI (minuto 01:00)

No artigo artigo "Regresso à Sildávia" do Correio Real n.º 24, onde se lê "jure" leia-se "garanta" e "wehrmacht" onde se lê "wermacht".

Em direção a uma comunidade política de todos os portugueses?

PEDRO VELEZ

Oproclamado grande desígnio revolucionário na génese da atual ordem constitucional apontava para a realização integral do paradigma de uma democracia de tipo ocidental, apresentando-se como maximamente inclusivo do Povo Português como «grandeza pluralística» (para utilizar uma expressão popularizada pelo constitucionalista alemão Peter Häberle). Quanto a este último aspeto, o novo regime deveria, aliás, distinguir-se dos seus predecessores de derivação liberal, muito em especial do sectário "constitucionalismo" primo-republicano.

Oprocesso constituinte desviar-se-ia do suposto desígnio revolucionário inicial. Em 1974-75, as forças políticas que veiculavam um ideário (nacional) conservador seriam excluídas do jogo político constituinte. Um

projeto político-constitucional influenciado "constitucionalismo" pelo soviético, mesmo depois de derrotado, deixaria fortes marcas na versão originária da nova ordem constitucional portuguesa. Vários mecanismos constrangedores do espaço real de liberdade de associação política foram - e permaneceram - inscritos no texto constitucional (veja-se os atuais artigos 46.°, n.° 4 e 51.°, n.° 3 da Constituição da República Portuguesa). Num retrocesso em relação ao previsto na Constituição de 1933, recuperou-se a cláusula pétrea estabelecida em 1911 (intangibilidade da dita «forma republicana de governo»).

Posteriormente, nas revisões constitucionais, na prática constitucional, e sobretudo na consciência jurídica geral, afirmar-se-ia uma linha de aproximação da nova ordem a padrões democráticos ocidentais, tendo em vista a institucionalização de uma ideia de (máxima) liberdade política.

No «longo ciclo constituinte» (para utilizar uma expressão de Maria Lúcia Amaral) que passaria pela revisão constitucional de 1982 e pela sucessiva de 1989, a democracia portuguesa deixaria de privilegiar à partida um modelo de sociedade socialista. Um processo (auto-)interpretado como progressiva aproximação da democracia portuguesa ao seu melhor conceito. Para além disso, alguns dos referidos institutos que parecem condicionar ideologicamente a liberdade de associação política têm mesmo podido ser alvo de problematização e/ou de interpretação restritiva por autorizados constitucionalistas.

O referido movimento de "desenvolvimento" ou de "aperfeiçoamento" constitucional não terá seguramente alcançado consumação plena. Falta, por exemplo,

explicitar convenientemente as suas implicações hermenêuticas em sede dos chamados limites materiais à revisão constitucional, no tocante à forma de governo (ver alínea b) do artigo 288.º da CRP). Se, nesta área, se pretender identificar um limite material verdadeiro e próprio (por alguns dito de 1.º grau), i.e., uma insuperável barreira protetora da identidade e da essência constitucionais, então, onde se vislumbra a expressão «forma republicana de governo» deverá lerse forma democrática de governo. De um ponto de vista maximizador da liberdade político-deliberativa, não deverá ser outra a interpretação.

Uma tal explicitação estaria, aliás, em consonância com a compreensão contemporânea, na doutrina jurídico-constitucional, da matéria das formas de governo ou dos regimes políticos, na qual se apresenta quase consensualmente, como central, a classificação em termos da contraposição entre formas de governo/regimes democráticos e formas de governo/regimes não democráticos.

Se a contextualização aqui sugerida se consolidasse, designadamente por via de uma futura revisão constitucional que corrigisse ou atualizasse fórmulas ultrapassadas ou inexatas, ficaríamos, porventura, mais próximos de realizar o almejável ideal de uma comunidade política de/entre/para todos os portugueses.



@Nuno de Albuquerque



Quem é o Gonçalo Pimenta de Castro?

Nasci e fui criado em Braga, tenho fortes raízes familiares no vale do Lima, mas, também a Guimarães pela parte materna. Os estudos universitários foram realizados no Porto, onde concluí a Licenciatura em Relações Internacionais. Sou casado e pai de uma filha de 17 anos.

Iniciei a minha carreira profissional em Braga, passei por Moçambique e por Marrocos. Actualmente, trabalho em Guimarães. A Internacionalização de empresas e de negócios é a área onde desenvolvo a minha actividade profissional.

Como iniciou a sua militância monárquica?

O seio familiar de onde venho foi o grande responsável pela minha militância monárquica, destacando aqui, o papel do meu pai.

Aderi à Real Associação de Viana do Castelo, pela ligação familiar à região do vale do Lima e à Real Associação de Braga, por causa da minha residência em Braga e razões familiares. Estou ligado, de forma contínua e participativa, às Reais Associações desde o seu início.

A Real Associação de Braga completou em 2021 trinta anos. Qual a melhor recordação que guarda dos tempos da sua militância.

A Real Associação de Braga, tem vários momentos importantes na sua história, talvez, aquele que recordo com maior carinho é o do baptizado do Senhor Dom Afonso na Sé Primaz de Braga, a 01 de Junho de 1996, cerimónia divida entre Braga e Guimarães. No âmbito deste acontecimento, a publicação de duas obras "exposição documental" em colaboração com o arquivo distrital de Braga e a Universidade do Minho (Crónica Breve e Balada para o Príncipe Dom Afonso de Santa Maria).

Um outro evento marcante, foi o dia 05 de Outubro de 2010, centenário na implantação da República, no Paço dos Duques em Guimarães, onde houve uma concentração de largas centenas de monárquicos, seguida de uma arruda pelas principais ruas da Cidade de Guimarães, com uma adesão popular espontânea. Uma iniciativa muito marcante.

Qual a sua maior frustração?

Vivendo Portugal numa democracia plena e já com maturidade, a minha maior frustração é de me deparar, algumas vezes, com um republicanismo básico, gerador de obstáculos ao bom trabalho da Real Associação. Penso que já não há espaço para este tipo de comportamento, mesmo que raro, numa sociedade moderna e já com um nível de instrução interessante.

A cidade de Braga mudou muito nos últimos anos, transformando-se numa metrópole com grande actividade académica e cultural. Como sente essa mudança?

Essa mudança é sentida de forma intensa por todos os bracarenses e visitantes. Nota-se o pulsar de novas dinâmicas económicas, tecnológicas e culturais.

Braga é hoje um centro de desenvolvimento tecnológico de vanguarda mundial, assente numa Universidade do Minho dotada de investigadores reconhecidos internacionalmente, premiados e com projectos aplicados fora do contexto académico; num Instituto Ibérico de Nanotecnologia – INI., centro mundial de investigação e desenvolvimento de tecnologia nano; e em centros de empresas multinacionais, na área do desenvolvimento de Software e tecnologias digitais. Em termos culturais, temos uma agenda bem preenchida, diversa e muito interessante, com vários programas e locais de espectáculo.

Sente que Braga se mantém particularmente sensível à mensagem monárquica? Porquê?

Gostaria de sublinhar que a área de actuação da Real Associação de Braga é o Distrito de Braga, e não está circunscrita ao Concelho de Braga. Dito isto, sentimos, nós na Real Associação de Braga, que a mensagem é muito bem recebida, quer pela população, quer pelas Organizações e Instituições do Distrito com as quais temos trabalhado.

Esta melhoria da receptividade à mensagem monárquica, devese muito ao trabalho, de proximidade e de presença física, que S.A.R. o Senhor Dom Duarte tem realizado neste Distrito ao longo dos anos. O Prémio de Biomédicas – Príncipe da Beira, que tem catapultado a imagem e a percepção, junto do público Não sendo a CAUSA REAL, nem querendo ser, um partido político somos, contudo, da opinião que a mesma não pode nem deve manterse alheada da continuada degradação da vida política nacional.

em geral, que temos uma Família Real extraordinária e de que a monarquia poderia voltar a ser uma opção de valor, para a chefia do Estado português.

O que é preciso fazer para cativar os jovens?

Os jovens têm de sentir que a monarquia é um regime válido para Portugal. Porque as monarquias modernas são regimes evoluídos e prósperos, que não estão condicionadas por calendários políticos ou subordinações ideológicas; com famílias reais iguais às suas próprias famílias, com os mesmos bons momentos e problemas quotidianos, próximas de todos e que podem aparecer ao seu lado, em qualquer lado e a qualquer momento.

Como viveu pessoal e profissionalmente estes tempos da pandemia?

Foi uma situação muito complicada, em termos pessoais, vivi sempre com o medo de não saber o que tinha pela frente, não sabíamos como poderíamos ser contaminados e vivíamos com o receio de contaminar os mais velhos da nossa família. Um drama.

Eu e a minha mulher estivemos sempre no apoio a familiares que não podiam sair de casa, por motivos de segurança. Não foi fácil.

Em termos profissionais, estive em trabalho à distância. As relações com outras empresas e países ficaram completamente paradas. Perante as incertezas, as empresas viveram momentos de grande dificuldade. Foi complicado, mas, ao mesmo tempo, foi um desafio e aprendeu-se muito.

Fotografia 1: Quadro oferecido a S.M. o Senhor Dom Manuel II, pintado pelo artista bracarense Rebello Júnior. Exposto no Liceu Sá de Miranda, em Braga, na Freguesia de São Vicente.

Fotografia 2: Colocação da placa de homenagem ao Conjurado de 1640, João Pinto Ribeiro, a 01 de Dezembro de 2021, em Celorico de Basto, com o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, José Peixoto Lima.



UM OLHAR SOBRE A CO DUZENTOS A

POR CARLOS

Omovimento político que ficou conhecido pelo nome de vintismo e a constituição de 1822, produzida por ele, ocuparam um lugar cimeiro na mitologia liberal - setembrista e mais tarde na mitologia republicana, recuperada pelo poder político-universitário depois de 1974. Passados duzentos anos, as comemorações da primeira constituição portuguesa assumem o aspecto piedoso de uma peregrinação à mais pura fonte do parlamentarismo português. E, cada vez que se homenageia a inspiração democrática dos homens de 1820 – 1823, fica implícita no ar uma censura ao povo português e aos seus dirigentes de então, que se deixaram desviar do constitucionalismo perfeito para seguirem as vias das Cortes tradicionais ou da Carta Constitucional

O eterno enigma do vintismo, para os que nele querem ver um momento de imaculada inspiração democrática, continua a ser o da ingratidão do povo, em teoria o maior beneficiário de tão elevados princípios políticos. Como foi possível que um movimento acolhido com as mais esperançosas expectativas em 1820, fosse despedido em 1823 "sem de si deixar grandes saudades", como se dizia naqueles tempos?

A explicação clássica para este fenómeno consiste em rebaixar o povo português a um estado de imbecilidade profunda, produzido pelo obscurantismo clerical. Mas os diagnósticos nem sempre coincidem quanto aos sintomas dessa inferioridade mental que caracterizaria o grosso da população portuguesa.

Enquanto Oliveira Martins se esmera na descrição de um povo alucinado, conduzido ao extremo grau da excitação pelo seu fanático amor ao rei D. Miguel, Teófilo Braga, pelo contrário, encontra na amorfa apatia o carácter dominante dos portugueses, adormecidos por séculos de sujeição aos frades. "As cortes constituintes de 1821



sentiam a falta de apoio nas classes populares, por efeito da sua apatia alvar produzida pelo obscurantismo fradesco", sentencia o professor de Coimbra na sua "História das Ideias Republicanas em Portugal". Outra explicação corrente é a do liberalismo cartista, que, pela pena de Luz Soriano, censura aos homens de 1820 os seus muitos "desacertos", um dos quais não terem sabido incutir no povo "o fanatismo e ardente amor da liberdade". Temos, pois, o povo português simultaneamente censurado por falta excesso de fanatismo. A teoria dos "desacertos",

próximo do veredicto final.

Os combates políticos do século XIX não foram duelos entre puros e impuros, mas episódios de um secular confronto de ideias, enriquecido de todos os lados, que ainda não está

embora insuficiente para explicar tudo, já nos leva a uma possível saída deste incoerente labirinto. Lendo os historiadores cartistas encontramos longas objurgatórias contra as doutrinas exaltadas, os excessos oratórios e os decretos imprudentes dos homens de 1820. Daí retiramos o nebuloso retrato de uma época em que os homens, guiados por princípios certos, não souberam aplicá-los na justa medida.

Mas o radicalismo que triunfou no triénio de 1820-1823 não se limitou a discursos inflamados. A sua bandeira era a da soberania popular, e esse princípio encontrava pela frente resistência tenaz, mesmo entre os adeptos de uma constituição que firmasse os direitos e as liberdades do povo português.

O eterno enigma do vintismo, para os que nele querem ver um momento de imaculada inspiração democrática, continua a ser o da ingratidão do povo, em teoria o maior beneficiário de tão elevados princípios políticos.

A revolução de 1820 apresentou-se, a princípio, com as mais tranquilizadoras vestes do tradicionalismo político. Vinha devolver ao povo português as suas antigas instituições, a monarquia representativa, de que os últimos reinados se tinham afastado, para desgraça da nação. Mas já nos primeiros dias se procurou dar aos velhos princípios uma conotação revolucionária. A Junta do Porto não se cansou de invocar os juristas da restauração, interpretando-os por um modo que sugeria a permanente legitimidade do povo para levantar ou destituir os reis a seu bel-prazer. Dois meses depois, assegurado o domínio de todo o

território português, o "governo supremo do reino" dirigia ao povo português uma longa proclamação sobre os defeitos da legislação produzida por séculos de monarquia: "Só à consumada erudição é concedido entender a carta enigmática, imperfeita e incoerente de vossos direitos, retalhada em mil pedaços, afogados em enormes compilações". Era uma crítica de juristas, apostados na uniformização das leis e na centralização

administrativa. Repugnava-lhes a variedade dos forais, dos direitos costumeiros, das franquias locais, das isenções e excepções, a que os povos se mostravam arreigadamente afeiçoados. A corrente dominante na governação ia tomando um caminho de concentração do poder, sob o véu da retórica revolucionária.

A 11 de novembro de 1820, dia de São Martinho, rebentava em Lisboa o primeiro confronto entre correntes opostas do constitucionalismo português, o golpe da "martinhada". O agente detonador foi a publicação da lei eleitoral, que não era suficientemente fiel ao modelo espanhol. O resultado da escaramuça foi o reforço da corrente que bebia a sua inspiração nos arroubos revolucionários do país vizinho. A refrega ditou o afastamento do brigadeiro António da Silveira e a vigorosa afirmação das opções ideológicas do governo. Foi ordenado aos corpos militares que jurassem imediatamente a constituição espanhola com as alterações que as futuras cortes entendessem, mas "nunca para menos liberais". E nos dias seguintes, empregados públicos, eclesiásticos, grandes do Reino, foram obrigados a prestar o mesmo juramento. Todos eles se viram forçados a dar carta branca aos futuros deputados, mas sempre com a famosa condicionante. As futuras cortes teriam por base do seu trabalho a constituição de Cádis e poderiam fazer-lhe alterações, mas o governo supremo ditava de antemão para que lado deviam pender os deputados:

A corrente dominante na governação ia tomando um caminho de concentração do poder, sob o véu da retórica revolucionária.

"Depois de reunidos os mesmos deputados se fariam as modificações que fossem convenientes, não sendo jamais para nos tornarmos menos liberais".

Os historiadores convencionaram chamar ao período que se seguiu à "martinhada" o triunfo do radicalismo vintista. Mas quem não se satisfaz com rótulos vagos pode ler nesta antecipada imposição a verdadeira fórmula política que entrou então em vigor. A medida do liberalismo era o processo revolucionário espanhol. Ser-se mais ou menos liberal significava ser-se maior ou menor adepto da constituição de Cádis. As eleições fariam parte da liturgia liberal, mas destinavam-se a confirmar as

CR, N°25, JUNHO DE 2022

ONSTITUIÇÃO DE 1822 NOS DEPOIS

BOBONE



preferências de quem as tinha convocado. E esta aberração de um governo que manda reunir as Cortes e dita desde logo para que lado devem inclinar-se as deliberações dos eleitos, é própria de quem ordena o juramento de uma constituição antes de ela estar redigida. Não foi este, porém, um caso isolado, e a repetição dos mesmos vícios do outro lado do oceano mostra como estavam bem ajustadas as direcções da causa revolucionária. Quando, sob a inspiração dos movimentos no Porto e em Lisboa, o grito de revolta chegou ao Rio de Janeiro, a exigência da multidão amotinada foi semelhante à da Junta revolucionária: o rei deve jurar imediatamente a constituição que se está fazendo em Lisboa. E o dócil D. João VI, momentaneamente convertido à soberania popular, tudo jurou sem saber o conteúdo da lei fundamental que faria cumprir. O que estava em jogo nesta sucessão de imposições humilhantes, que criaram grande número de inimigos ao constitucionalismo nascente, era a afirmação

triunfante da nova fonte do poder. Quando um cidadão jurava uma constituição ainda por nascer, reconhecia que a legitimidade da lei residia menos no seu conteúdo que na sua origem. Quem tinha poderes para produzir as leis? Os deputados escolhidos pelo povo. Então, fosse qual fosse o texto final, devia reconhecer-se desde já que esse código futuro seria infalivelmente a justa satisfação das aspirações populares. Mas a pressa denunciava a insegurança da corrente que preponderava no governo. Os tempos seguintes acentuaram a rispidez e severidade dos actos governativos. Foram infligidas ao rei e aos seus conselheiros sucessivas humilhações. Palmela e outros conselheiros régios foram vítimas de ordens de degredo. Todo o português que se recusasse a jurar a constituição, ou que manifestasse reservas a qualquer dos seus artigos, seria despojado da nacionalidade e expulso do país. O governo não poupava ninguém. O cardial patriarca seguiu o caminho do exílio e depois dele a rainha, que só não foi expulsa do país porque os médicos se opuseram a qualquer viagem prolongada. Assim se acumulavam os inimigos do governo e do processo constitucional.

Mas se tudo isto eram decisões ditatoriais e "desacertos" tácticos, muito mais o foram os decretos do governo e das cortes constituintes a respeito do Brasil. A autoridade de que se sentiam investidos os representantes do povo era tal que se propuseram nada menos que reconduzir à categoria de colónia esta grande possessão, que D. João VI elevara à dignidade de Reino. Alteraram-lhe a divisão administrativa, extinguiram-lhe os tribunais superiores criados desde 1808, exoneraram o príncipe regente. Habituados à docilidade do rei, pensaram que os súbditos portugueses nos trópicos aceitariam passivamente as ordens emanadas de Lisboa. As Cortes decretaram que o Príncipe Real abandonaria o Brasil e percorreria vários países da Europa, "para se instruir nos preceitos e máximas dos

Mas a pressa denunciava a insegurança da corrente que preponderava no governo. Os tempos seguintes acentuaram a rispidez e severidade dos actos governativos. Foram infligidas ao rei e aos seus conselheiros sucessivas humilhações.

governos livres". Mas quem recebeu uma lição foram os deputados, pois obtiveram a rebelião imediata e a independência do Brasil.

Enquanto os "exaltados" iam criando alergias ao sistema constitucional, outra corrente, mais silenciosa, ja tomando corpo no sejo do liberalismo português. Quando a revolução de 24 de Agosto de 1820 rebentou no Porto, os governadores do Reino recorreram aos conselhos do Conde de Palmela, o único membro do governo de D. João VI que se encontrava em Lisboa. O experimentado diplomata depressa se tornou o conselheiro, o inspirador e o redactor de todas as respostas governamentais às proclamações da Junta revolucionária. A entrada de Palmela no centro das decisões trouxe à política portuguesa um novo condimento ideológico, ainda mal assimilado entre nós, mas destinado a um futuro de triunfal preponderância na monarquia oitocentista: o liberalismo moderado, ou cartismo. No imediato, Palmela aconselhou os governadores do reino a adiantarem-se às aspirações populares. Eles que prometessem a convocação das cortes tradicionais, assim como a satisfação de outras queixas. Para pôr um freio à revolução, parecia-lhe que o único remédio estava em convencer o rei D. João VI a prometer imediatamente uma carta constitucional, que satisfizesse as mais prementes aspirações dos povos, mas conservasse intacto o princípio de que a lei e os direitos da nação emanam do poder régio. O cartismo é uma doutrina de conciliação e compromisso, que aspira a contentar tradicionalistas e revolucionários. Combina a atribuição de vastos poderes ao monarca com a distribuição das tarefas legislativas e governativas a uma classe parlamentar que, no exercício do poder, está sujeita à aprovação régia. No momento em que chegou a Portugal, o cartismo já tinha créditos firmados na Europa e sustentava-se sobre o prestígio de ilustres doutrinadores, entre os



quais se contavam Chateaubriand, Benjamin Constant e Madame de Staël. Os governadores acolheram de bom grado os conselhos e a doutrina. Naquele momento, era consolador pensar que as vitórias dos revolucionários não se deviam aos erros de quem governava em Lisboa, mas à circunstância de o espírito público estar "imbuído com as opiniões dominantes em toda a Europa" e a Junta do Porto ter do seu lado a força moral, acompanhada como estava pela "tendência das opiniões do presente século". A opinião cartista foi crescendo entre os que se desgostavam com o sistema de "opressão e arbitrariedade" imposto pelos "exaltados", mas o ambiente tumultuário em que se vivia nas grandes cidades abafou as vozes deste partido conciliador. Só depois do golpe da Vilafrancada,



A opinião cartista foi crescendo entre os que se desgostavam com o sistema de "opressão e arbitrariedade" imposto pelos "exaltados", mas o ambiente tumultuário em que se vivia nas grandes cidades abafou as vozes deste partido conciliador.

conduzido em 1823 pelo infante D. Miguel, puderam os chefes deste partido conciliador aproximar-se do poder.

As desacertadas e imperiosas escolhas dos políticos vintistas explicam, em grande parte, a curta vida do nosso primeiro texto constitucional, decretado em Setembro de 1822, abolido em Maio de 1823, restaurado em Setembro de 1836 e mantido em vigor até Abril de 1838. Mas a própria doutrina da constituição não deixa de reflectir os mesmos defeitos e está longe de constituir a perfeita carta dos direitos do povo português. Se a examinarmos pelo ponto de vista das proclamações abstractas, encontramos, decerto, princípios de direito fundamentais, muitos deles já desde tempos antigos incorporados no nosso pensamento jurídico, mas dispersos por sentenças e decisões que não estavam ao alcance de todos. Além disso, também se encontram no texto constitucional afirmações de tal modo vagas que não se vislumbra o seu alcance: segundo o artigo 19.º "todo o português deve ser justo", doutrina que dificilmente encontrará contraditor.

No tocante às garantias de liberdade ou de igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a constituição de 1822 ganhou fama de ser das mais generosas. A todos os portugueses eram confirmados estes benefícios, a todos eles ficavam garantidos os cargos públicos, o acesso à justiça, o direito de propriedade e a inviolabilidade do seu domicílio. Mas a igualdade concebida pelo burguês oitocentista significava, sobretudo, a extinção dos privilégios da nobreza. Havia muitas outras situações de direitos desiguais que não cabiam na sua ideia de injustiça. Certamente não lhe passava pela cabeça que um filho ilegítimo aspirasse aos mesmos direitos que competiam a seus irmãos legítimos. Ou que um escravo fosse abrangido por algum tipo de direito. A liberdade ficava garantida a todo o cidadão português, mas para lhe ser reconhecida a cidadania já se exigia a condição de homem livre, pois os escravos ficavam excluídos da nacionalidade, a não ser que tivessem recebido carta de alforria (artigo 21.º). Como, porém, os pais do liberalismo português já eram de certo modo os precursores das doutrinas da "inclusividade", não deixavam ninguém expressamente de fora, apenas ditavam que a qualidade de cidadão pertencia aos escravos que tivessem obtido alforria, deixando ao

leitor a conclusão de que os outros estavam privados dela.

Os deputados constituintes revelaram muito pouca sensibilidade às propostas de extinção da escravatura, que o governo britânico procurava pôr na primeira linha da agenda política europeia. As poucas e tímidas propostas de leis para melhorar a condição dos cativos não colheram apoios na Câmara. Não faltou quem explicasse tanta prudência com a necessidade de apaziguar os negociantes e plantadores brasileiros. Mas só neste ponto é que a política vintista se preocupou com a sensibilidade brasileira, pois em tudo o resto correu desastrosamente para o conflito.

A liberdade de expressão vinha consagrada no texto constitucional, como seria de esperar, mas a proclamação do princípio geral vinha

logo de início manchada pelo decreto que "reservava" as edições da constituição às impressoras governamentais, ou seja, proibia as edições particulares: "considerando os graves inconvenientes que poderiam resultar da livre impressão do código constitucional, decretaram" as cortes constituintes que "assim a presente edição da constituição como as reimpressões que d'ella se fizerem, sejam officiaes e de propriedade nacional". O decreto terminava ordenando a todas as autoridades vigilância e punição dos infractores. Os motivos invocados eram de peso, mas a fórmula nada tinha de pioneira e já se achava consagrada por séculos de actividade censória. Os "graves inconvenientes que poderiam resultar" da publicação deste ou daquele texto sempre foram as razões apontadas para suprimir obras literárias, políticas ou religiosas.

O artigo 27.º continha a fórmula que ainda hoje faz tremer de contentamento os herdeiros ideológicos do vintismo: "A nação é livre e independente, e não pode ser património de ninguém. A ella somente pertence fazer pelos seus deputados juntos em côrtes a sua constituição ou lei fundamental, sem dependência da sanção do rei". Teófilo Braga via neste artigo a mais categórica afirmação da "base da democracia moderna". Mas quem leia a constituição desde o princípio repara que ela é publicada em nome do rei: "Dom João por graça de Deus e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquem e

d' além mar em África etc. Faço saber a todos os meus súbditos que as cortes gerais, extraordinarias e constituintes, decretaram e eu aceitei e jurei a seguinte constituição politica da monarchia portugueza". Como conciliar os dois princípios, aparentemente antagónicos? Tal como anteriormente, todas as leis seriam daí em diante publicadas em nome do rei, mas agora o recurso à assinatura régia era mera formalidade, pois a constituição dava ao rei apenas o poder suspensivo e não o veto absoluto. Se o rei não quisesse assinar uma lei, ela seria ainda assim aprovada.

Todo o esforço das cortes constituintes se inclinou para a afirmação e glorificação da soberania do povo, mas a massa dos artigos constitucionais nada significaria se o mesmo espírito não se traduzisse no processo eleitoral.

Não obstante a aura de pureza democrática que ainda hoje a rodeia, a constituição de 1822 apurou meios eficazes para excluir do voto a massa mais numerosa e ignorante da população. O artigo 33.º declara quais os cidadãos que têm voto e quais os que dele estão excluídos. Entre estes últimos inclui-se a classe dos que "para o futuro, em chegando à idade de vinte e cinco anos completos, não souberem ler e escrever, se tiverem menos de dezassete quando se publicar a constituição". Esta excepção continha um devastador potencial de exclusão de votantes para os anos vindouros, uma vez que, se se tivesse mantido em vigor depois de 1830, todos os anos seriam privados do voto os que atingissem a maioridade, salvo a ínfima minoria dos alfabetizados. Mesmo os muito benévolos Vital Moreira e José Domingues reconhecem que tal disposição "iria traduzirse numa severa restrição e discriminação eleitoral, dada a inexistência de um sistema público de ensino universal" (No Bicentenário da Revolução Liberal - Da Revolução à Constituição, 1820 - 1822). Não se pode esperar, da parte de tão eminentes juristas e admiradores do vintismo, mais que esta moderada reprovação, embora fosse mais acertado dizer-se que a lei eleitoral subvertia de alto a baixo o princípio do sufrágio universal, uma vez que o limitava, no longo prazo, a uma escassíssima parte da população portuguesa. Não obstante este pormenor, os mesmos autores não hesitam em concluir que "sem grande exagero, pode dizer-se que o actual sistema constitucional de representação política da Constituição de 1976 é o sistema vintista com sufrágio universal e partidos políticos".

Não admira que um regime procure fontes de inspiração, antecessores heróicos e desinteressados, aos quais confira os mais nobres propósitos. A produção de mitos é salutar e exerce um efeito moralizador sobre aqueles que desejam imitar estes idealizados modelos. Mas um olhar crítico sobre os figurinos propostos à admiração pública permite uma escolha mais criteriosa e o alargamento da galeria dos antepassados. Os combates políticos do século XIX não foram duelos entre puros e impuros, mas episódios de um secular confronto de ideias, enriquecido de todos os lados, que ainda não está próximo do veredicto final.

NO JUBILEU DE PLATINA DE ISABEL II A ERA ISABELINA - O LEGADO DE UMA RAINHA -

António Pinheiro Marques

Desde muito jovem Isabel II compreendeu as exigências do serviço aos seus povos e do que se poderia esperar de um monarca no sistema de democracia parlamentar, no século XX.

O longo reinado de Isabel II ficará certamente assinalado pela sua duração e pelas transformações verificadas tanto na forma de exercer a função real, como no papel internacional da monarca. Tendo já ultrapassado os setenta anos, que em 2022 se comemoram, a evolução e as alterações tanto políticas como económicas e sociais marcaram significativamente esta nova "era isabelina" como já foi chamado ao seu reinado.

A princesa Isabel de Iorque, que nasceu a 21 de abril de 1926, filha de Jorge, duque de Iorque, como todos sabemos, não deveria ter sido chamada ao trono de não ser pela abdicação do tio, Eduardo VIII. Nesse caso poderia ter seguido uma vida no campo de que tanto gosta, como "agricultora". Popularizada a sua imagem acompanhada de cães da raça corgi, Isabel II tem continuado com a criação de labradores que vem do tempo de Jorge V, na sua propriedade de Sandringham. É igualmente criadora tanto de cavalos como de gado bovino, que participam e são premiados em algumas das mais célebres competições britânicas, sendo elogiada pelos especialistas do setor pelos seus conhecimentos no apuramento de raças.

O certo é que a jovem princesa se viu, em 1936, na posição de sucessora do trono e para o efeito começou uma preparação minuciosa, com professores de história e de direito constitucional, entre outras matérias. Foi também a primeira princesa a prestar, aos dezanove anos, serviço ativo nas Forças Armadas, no Serviço Auxiliar Territorial, onde recebeu treino como motorista e mecânica de veículos pesados, com as patentes de tenente e, posteriormente, de capitão do Exército. Filha da "Mulher mais perigosa da Europa", no dizer de Hitler, conhecida pelo apoio permanente que deu durante a guerra ao povo britânico e ao marido Jorge VI, rei de quem Isabel herdou



um rigoroso sentido do dever. Desde muito jovem compreendeu as exigências do serviço aos seus povos e do que se poderia esperar de um monarca no sistema de democracia parlamentar, no século XX. Finda a II Guerra Mundial, a princesa Isabel contraiu matrimónio com Filipe, príncipe da Grécia e da Dinamarca, seu primo afastado uma vez que ambos são trinetos da Rainha Vitória e descendem igualmente de Cristiano IX da Dinamarca. Este casamento foi o primeiro grande momento de comemoração pública da família real no pós-guerra.



A Rainha e a vida política

Consciente dos deveres impostos pela sua posição e do seu papel constitucional, é opinião consolidada que Isabel II tem exercido junto do seu governo (nos termos enunciados por Walter Bagehot em "The English Constitution") os seus direitos de "ser consultada, incentivar e prevenir", como se infere da leitura das memórias de alguns dos seus chefes de governo. Harold Wilson recomendou ao seu sucessor que preparasse minuciosamente as audiências semanais com a soberana – talvez a pessoa com mais informação em todo o Reino Unido e com uma enorme experiência acumulada – para que não fosse apanhado desprevenido sobre assuntos de importância nacional pelos quais a soberana pudesse manifestar interesse.

Isabel II tem exercido junto do seu governo os seus direitos de "ser consultada, incentivar e prevenir"

Durante o presente reinado foram sendo aperfeiçoados os mecanismos que permitem ao Chefe de Estado manter-se acima da discussão política, numa posição de completa neutralidade e de equidistância de todos os partidos. Os momentos de maior risco de envolvimento em controvérsias de tipo político foram possivelmente as nomeações de primeiros-ministros, quando nas escassas vezes em que os resultados das eleições não foram claros ou por se verificar uma demissão antecipada do chefe do governo, com uma sua substituição de forma pouco clara pelo respetivo partido, como chegou a suceder com os conservadores.

ARainha Isabel II assistiu à consolidação definitiva do protagonismo político da Câmara dos Comuns em detrimento da Câmara dos Lordes. Algumas das sucessivas reformas constitucionais, neste reinado, permitiram a participação nos Lordes de senhoras que passaram a ter assento por título hereditário (o que até 1963 não sucedia), a nomeação de lordes vitalícios, a possibilidade de renúncia, por suspensão de títulos hereditários, de modo a permitir a eleição para a Câmara dos Comuns ou, mais recentemente, a redução da presença dos lordes hereditários a 92, eleitos entre os restantes.

Nos anos 90 verificou-se a devolução de poderes, dentro do Reino Unido, muito significativa na Escócia e no País de Gales, com a constituição de assembleias legislativas com poderes próprios, bem como a criação, em ambos os casos, de executivos nacionais.



A soberana tem vindo a receber regularmente os primeirosministros da Escócia e de Gales e procede à abertura solene desses parlamentos.

Um outro momento muito significativo foi a alteração da sucessão na Coroa, também matéria constitucional, conforme proposto em 2011 pelo primeiro-ministro britânico, com o assentimento da Rainha Isabel II, em Perth, na Austrália, quando da reunião dos chefes de governo dos então dezasseis reinos da Commonwealth, por ocasião da CHOGM (reunião dos chefes de governo da Comunidade). Depois de concluídas as formalidades constitucionais em cada um

Embora sem passaporte, uma vez que são emitidos no seu próprio nome, Isabel II é a monarca mais viajada da história, tendo visitado tanto as grandes potencias mundiais como países minúsculos, do Extremo Oriente às Caraíbas, passando pelo Vaticano, onde já esteve em quatro ocasiões.

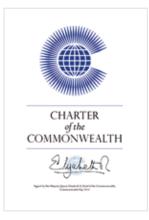
dos estados, a lei recebeu a aprovação real em 2013. As alterações mais relevantes foram a introdução da primogenitura absoluta na sucessão da Coroa, a eliminação da exclusão por casamento com pessoa de religião católica e a redução da necessidade de autorização real para o casamento aos seis primeiros na ordem de sucessão.

Rainha e a diplomacia britânica

Embora sem passaporte, uma vez que são emitidos no seu próprio nome, Isabel II é a monarca mais viajada da história, tendo visitado tanto as grandes potências mundiais como países minúsculos, do Extremo Oriente às Caraíbas, passando pelo Vaticano, onde já esteve em quatro ocasiões.

A primeira e mais longa viagem pela Commonwealth, no ano da coroação, prolongouse de novembro de 1953 a maio do ano seguinte, abrangendo países das Índias Ocidentais (Caraíbas), Oceânia, Ásia e África. Também o Jubileu de Prata, em 1977, foi marcado por visitas a 14 estados da Commonwealth e o Jubileu de Ouro, em 2002, incluiu deslocações à Jamaica, Austrália, Nova Zelândia e Canadá, países de que é soberana. Ao longo do reinado esteve neste último país vinte e sete vezes, tendo sido recebida como Chefe de Estado do Canadá em duas das oito visitas aos Estados Unidos da América. A Austrália, país de que é igualmente rainha, e onde é considerada "um elemento constitucional vital da democracia australiana", é outro dos países mais visitados, com oito deslocações.

Para o prestígio destas visitas muito contribuiu a utilização do iate real Britannia, de 1953 a 1997, ou o Concorde, a bordo do qual viajou ao Médio Oriente (Arábia Saudita e Kuwait) ou aos Estados Unidos da América



A Rainha e a Commonwealth.

vida da Commonwealth e a de Isabel II têm de forma evidente decorrido paralelamente. evolução dos domínios britânicos mais avançados em matéria de autogoverno no sentido de um estatuto de estados independentes, e sem subordinação ao Reino Unido, é reconhecida na Conferência Imperial, de que foi anfitrião o Rei-Imperador Jorge V e realizada em Londres no último trimestre de 1926, com a participação dos primeiros-ministros da Austrália,

Canadá, Estado Livre da Irlanda, Nova Zelândia, Terra Nova (ainda não integrada no Canadá), Reino Unido e União Sul-Africana. Pela primeira vez foi usado o termo "Commonwealth". A princesa Isabel nascera em abril desse mesmo ano.

A transformação do império numa comunidade (British Commonwealth of Nations) continuaria a processar-se ainda que lentamente. A jovem princesa assistira durante a II Guerra Mundial ao esforço de participação ao lado do Reino Unido de países que pouco a pouco iriam sendo reconhecidos como independentes e acompanhara com muita proximidade a evolução do domínio britânico na Índia e a sua divisão em dois estados, em 1947, a Índia e o Paquistão. A pretensão da Índia de proclamar a república levou a nova transformação na Commonwealth, em 1949. Até então todos os seus estados partilhavam um soberano comum com o Reino Unido

(a Irlanda proclamara a república nesse mesmo ano e saíra da instituição) o que levantava o problema da permanência da Índia. A questão foi resolvida com a aprovação da Declaração de Londres, no decurso da conferência dos primeiros-ministros. A Índia permaneceria como membro, tornando-se a Coroa um símbolo da livre associação dos estados independentes, da que passaria a ser simplesmente a Comunidade de Nações, deixando de ser designada como britânica.

Ao subir ao trono em 1952, Isabel II foi naturalmente aceite e proclamada como nova Chefe da Comunidade (Head of the Commonwealth) cargo para o qual não se encontrava prevista uma forma de preenchimento. A Comunidade de Nações contava à data com oito estados membros, todos os restantes territórios tinham o estatuto de dependências ou colónias com algum tipo de autogoverno. Desde então deu-se a evolução para as múltiplas independências, tendo alguns dos países conservado Isabel II como chefe de estado próprio. Uma parte desses estados veio posteriormente a proclamar a república. Assim, Isabel II desde que subiu ao trono foi soberana a título pessoal de um total de trinta e três estados independentes, possivelmente outro marco notável



do seu reinado. Depois da proclamação da república em Barbados (a que assistiu o Príncipe Carlos em representação da soberana), o total de monarquias dentro da Commonwealth com a mesma rainha é agora de quinze, num total de cinquenta e quatro países (de notar que cinco outros países são monarquias com os seus próprios chefes de estado). A Commonwealth integra atualmente estados que não foram colónias britânicas, como Moçambique e o Ruanda; quanto aos Camarões, apenas o Sul foi mandato britânico de 1919 a 1960.



O legado de Isabel II

Uma forma diferente de exercer a função real, mais simbólica e neutra e ao mesmo tempo com uma proximidade maior dos cidadãos, com uma presença constante em todos os momentos da vida nacional ou local, bem como pelas mensagens pessoais, pelo Natal e no Dia da Commonwealth ou outras ocasiões de relevo, seguidas atentamente não só pela população britânica e dos outros reinos,

mas que também despertam interesse no estrangeiro, constitui uma parte relevante do legado de Isabel II. Seja qual for a sua evolução, deste legado é parte substancial a atual Commonwealth, da qual a Rainha é vista como cimento", evitando situações de ruptura em circunstâncias divergências políticas acentuadas; consolidação para a qual o Duque de Edimburgo e o Príncipe Carlos muito contribuíram e que este último, chegado o momento, deverá continuar a adaptar às exigências do seu tempo.

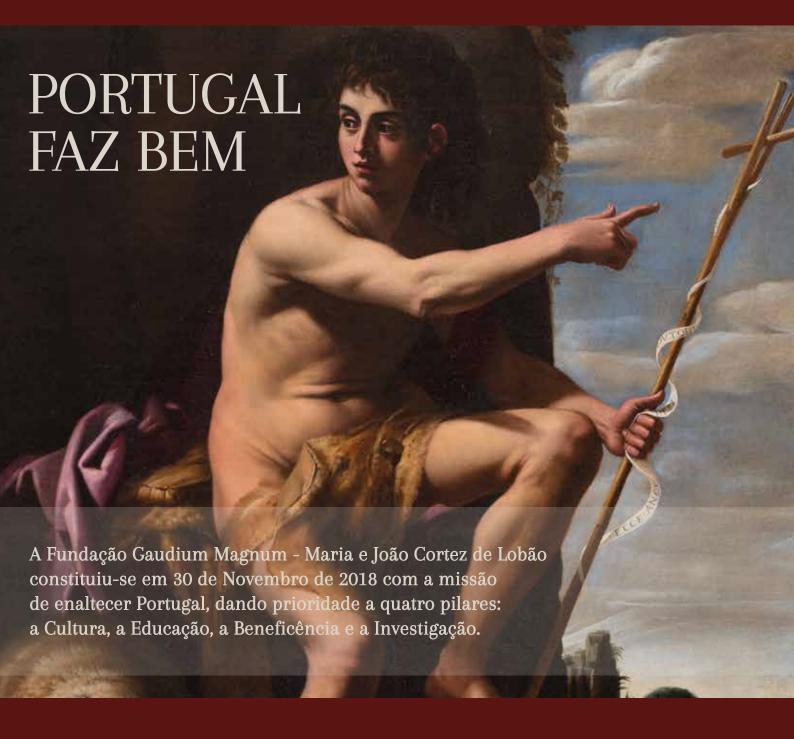
Isabel II desde que subiu ao trono foi soberana a título pessoal de um total de trinta e três estados independentes, possivelmente outro marco notável do seu reinado.

É bem conhecida a preocupação de Isabel II com todos os membros da Comunidade de Nações e em particular com aqueles de que é soberana, bem como o seu entusiasmo por todos os assuntos que lhes são relativos. Frequentemente nas suas mensagens refere-se com afeto à grande "família da Comunidade", expressão que abrange também as cerca de setenta e cinco instituições de variadíssimas finalidades, que lhe estão ligadas. A título de exemplo na reunião de Chefes de Governo da Comunidade de 2015 realizada em Malta foi lançada a iniciativa The Queen's Green Canopy, que consiste numa rede de programas para a conservação das florestas, que em 2019 já abrangia quarenta e seis países.

Desde que foram instituídas estas reuniões de chefes de governo da Comunidade de Nações (em que também participam os chefes de estado de países com regime presidencialista) Isabel II como sua Chefe tem vindo a assistir a todas, entre 1973 e 2011. Durante estes encontros concede audiências de uns trinta minutos aos chefes de estado ou de governo participantes, a quem em boa parte conhece de longa data e com os quais mantem mesmo uma certa relação de amizade. A Chefe da Comunidade é reconhecida como grande conhecedora dos seus estados-membros, tendo o atual primeiroministro do Canadá afirmado que "a rainha é a pessoa que mais viajou neste país e que melhor o conhece, mais do que os seus próprios habitantes".

Devido à avançada idade, a soberana tem-se feito representar pelo Príncipe Carlos nas cimeiras que têm lugar em países mais distantes. A proposta de Isabel II, aprovada por unanimidade pelos chefes de estado e de governo na Cimeira de Londres, em 2018, converte o Príncipe Carlos no próximo chefe desta instituição, o que ocorrerá simultaneamente com a sua subida ao trono dos países em que é sucessor.

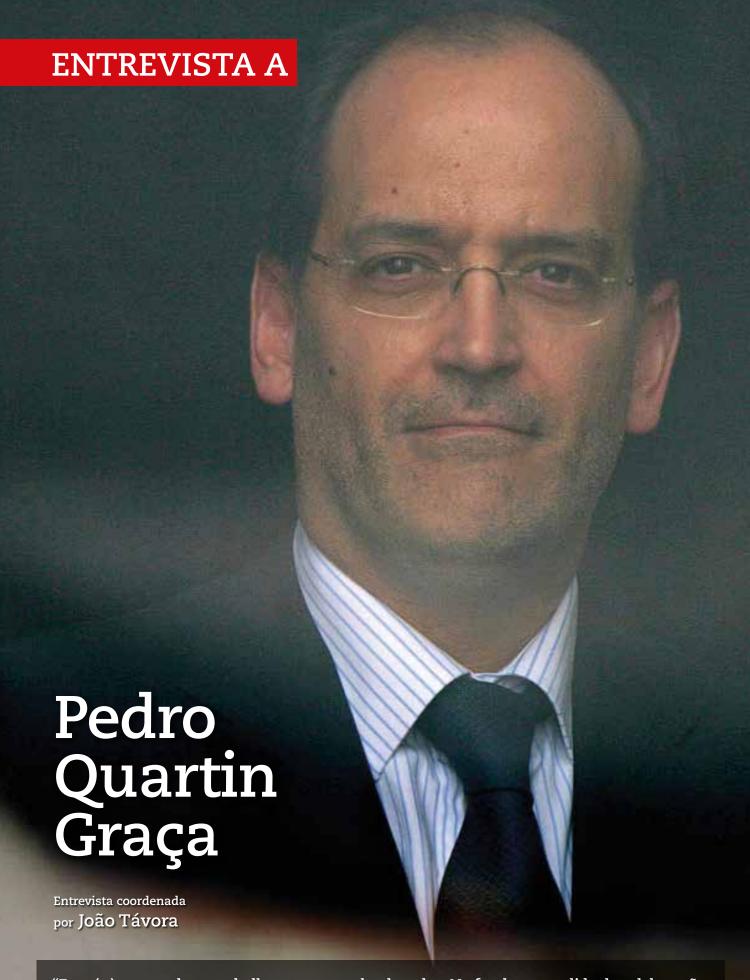




A Fundação Gaudium Magnum – Maria e João Cortez de Lobão e o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) em Lisboa lançaram em parceria um projecto museográfico sob a designação "O Belo, a Sedução e a Partilha". Ao abrigo deste protocolo o MNAA acolherá, de dois em dois meses e até 2026, uma sucessão de pinturas de Mestres Antigos da Colecção Gaudium Magnum.

A terceira obra apresentada no MNNA é uma pintura do século XVII, "São João Baptista no Deserto" 1610, da autoria de Giovanni Baglione que ficará em exposição até ao próximo dia 3 de Julho.





"Faço (...) um apelo ao trabalho e ao empenho de todos. No fundo um pedido de colaboração por parte de todos os monárquicos. No final veremos os resultados. Esta Direcção está empenhada."

Recém-eleito no XXVI Congresso ocorrido no fim-desemana de 12 e 13 de Março em Évora, o novo presidente da direcção da Cauda Real, Pedro Quartim Graça nasceu em Lisboa no dia 18 de Maio de 1962. Natural da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa, tendo estudado na Escola Alemã de Lisboa e no Liceu Camões. Licenciado em Direito -Ciências Jurídico-Políticas - pela Universidade de Lisboa, fez o Mestrado em Sociedades e Políticas Europeias pelo ISCTE-IUL, possuindo a Suficiência Investigadora em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade da Extremadura e o doutoramento em Políticas Públicas pelo ISCTE-IUL. Casado, tem uma filha de 24 anos, dois enteados e dois netos.

Foi eleito no passado mês de Março presidente da Causa Real. O Que significa para si esta eleição e como perspectiva o seu mandato?

A minha candidatura e a posterior eleição só foi possível porque fui desafiado a avançar por um conjunto de monárquicos e de Reais Associações que consideram que eu tinha o perfil indicado para estas exigentes funções, as quais não podem, a meu ver, ser assumidas de ânimo leve. Depois de muito ponderar e com as garantias de ser possível formar uma



vasta equipa de trabalho para os vários órgãos da causa Real, aceitei avançar. Perspectivo um mandato muito exigente, em múltiplas frentes. No que conseguiremos estres fazer durante três anos também, o aliciante do desempenho do cargo. Esta equipa espera deixar a Causa mais forte e mais organizada do que a encontrámos.

seus Ouais são os principais eixos e que acções pretende executar no seu decurso?

A nossa moção de política estratégia aprovada em Congresso, intitulada "Monarquia é Liberdade", dá, creio, resposta a essa sua pergunta. Quer ao nível interno quer, também, no que diz respeito à

presença junto dos portugueses, teremos de inovar.

Internamente a Causa Real tem como dever estimular e apoiar as Reais Associações nas suas actividades, as quais são completamente indispensáveis à divulgação da monarquia. A Causa Real deve proceder a uma revisão dos seus Estatutos, deve pugnar pela criação junto das Reais associações da figura de associado cônjuge e associados filhos com quota reduzida; deve ponderar a profissionalização ou semiprofissionalização da sua gestão e definir os meios para alcançar esse objectivo. Mas deve, também, fazer forte aposta ao nível da sua imagem e da imagem da Monarquia ao nível do "merchandising", levando em conta questões como direitos de imagem da Casa Real, aumento da oferta de produtos da CR e das Reais Associações, com imagem única.

Para além disso a Causa Real deve fortalecer os aspectos de comunicação, através do reforço dos meios já existentes por via exactamente deste Correio Real (produzido pela RALisboa para a Causa Real) e da Real Gazeta (RAViana), bem assim como o adequado aproveitamento e promoção da TV Monarquia.

Por último lugar, neste âmbito interno, a Causa Real deve analisar e decidir acerca do papel da Causa Monárquica e a sua relação com a primeira.

Externamente a Causa Real deve lutar pela introdução

de alterações constitucionais que possibilitem, mais à frente, a restauração da Monarquia como regime político, por referendária, começando pela revogação dos limites actuais materiais insertos Constituição Portuguesa.

A Causa Real deve ser visível aos olhos sociedade civil, criando oportunidades a todos os níveis que permitam ao povo saber que estamos aqui, o porquê de estarmos aqui e como se podem juntar a nós, gerando um novo Manifesto Monárquico – Linhas mestras do Movimento Monárquico.



Por outro lado a Causa Real deve criar espaços de conversa e debate com monárquicos e todos os portugueses, em jeito de testemunho e exemplo, mostrando a diversidade e a liberdade de pensamento que ser monárquico proporciona e os diferentes caminhos trilhados até à convicção de ser a monarquia a melhor opção para Portugal.

Mas a Causa Real deve igualmente ser instrumento de dinamização e abertura de espaços ao diálogo nos temas que tanto preocupam os portugueses em geral e tanto nos dizem: o mar, a agricultura, o ambiente, o património, a demografia, entre muitos outros, apostando na formação, na divulgação, no comunicar bem e a tempo.

Poderia identificar projectos-bandeira que pretenda concretizar ao longo dos próximos 3 anos?

Na resposta acima não mencionei dois aspectos muito práticos e que, aliás, não constavam das nossas propostas apresentadas em Congresso, mas relativamente aos quais já me foi possível aperceber da sua necessidade e utilidade prementes. Falo, por um lado, da necessidade de obras que permitam melhorar substancialmente o espaço da sede nacional, pertença da Causa Monárquica e também utilizada pela Real Associação de Lisboa e pela Juventude Monárquica Portuguesa e, a par, do tratamento e digitalização de um importante parte do património monárquico e nacional português, consubstanciado no arquivo da Causa Monárquica. Esta Direcção Nacional envidará esforços no sentido de tentar obter os meios financeiros que permitam alcançar estes dois importantes objectivos.

Como avalia os últimos anos do movimento monárquico?

Têm sido anos difíceis durantes os quais cabe destacar todavia o grande empenho sempre manifestado pela generalidade da Reais Associações e da JMP, a par das Direcções da Causa Real. Como afirmámos na nossa moção apresentada em congresso a Causa Real luta há mais de um quarto de século pelo objectivo de, por via da existência de uma maioria monárquica na população e no Parlamento, ser possível por via democrática a desejada mudança de regime. Defendemos alterar por via democrática aquilo que outros impuseram pela força das armas e nunca plebiscitaram. Quando assim é, o combate é desigual mas continuaremos na linha traçada. Pela democracia e pela defesa da liberdade.

De que modo poderá a nova direcção da Causa Real contribuir para a promoção do ideal monárquico e para lhe dar maior exposição mediática?

Devemos actuar em várias frentes. Internas e externas. De organização e de divulgação. De marketing e de doutrinação. Mas a Causa Real é uma associação política. Nestes termos, quase 50 anos depois do 25 de Abril de 1974, é também dever da Causa Real defender que é tempo de abrir um discussão de forma séria e determinada visando uma alteração do sistema eleitoral que permita, por um lado, que sejam efectivamente os eleitores a escolher os seus deputados eleitos, em vez de estes serem unicamente escolhidos pelos já aludidos directórios

Defendemos

liberdade.

alterar

democrática aquilo que outros

impuseram pela força das armas e nunca

plebiscitaram. Quando assim é, o combate é

desigual mas continuaremos na linha

traçada. Pela democracia e pela defesa da

por

υia

partidários e respectivas redes de clientelas e, por outro, permita o acesso ao sufrágio para a Assembleia da República de cidadãos independentes que tenham vontade e interesse em disputar eleições, mas não estejam dispostos a sujeitar-se a disciplinas partidárias. Esta alteração deve ser acompanhada de uma mudança no Sistema de Financiamento dos Partidos Políticos que permita evitar

a penalização dos "pequenos partidos" e das já citadas candidaturas independentes, que deveriam passar a ser permitidas

Mas tão ou mais importante que o sistema eleitoral é o processo de revisão da Constituição. Este, a existir, deverá ter sempre em conta a manutenção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos relativamente aos quais nenhuma situação de pandemia pode servir de desculpa para o seu não cumprimento. Também relativamente a esta matéria a Causa Real não pode nem deve ser indiferente.

Com estas medidas no âmbito do posicionamento político, a par da pedagogia junto das escolas, conseguiremos, estou certo, chegar mais longe na relação com os portugueses.

É possível atrair os que se afirmam monárquicos para uma militância mais comprometida? Por que formas procurará fazê-lo?

Não só deve ser possível como é desejável. Desde os mais antigos no movimento aos mais novos. No que diz respeito a estes temos inclusive uma proposta inovadora, a criação do programa "LIDERANÇA JOVEM – educar para antecipar.", o qual visa o desenho de um Programa de Liderança Jovem inovador com o objetivo de desenvolver competências de auto liderança

e a aquisição de um conjunto de instrumentos de referência no desenvolvimento pessoal sustentável do jovem. Este programa será destinado particularmente a jovens em fim do 3º ciclo, nível secundário e universitário. Os valores, as lições dos pensadores estratégicos clássicos, o pensamento prospetivo e crítico e as competências profissionais adquirem um estatuto axial neste programa, orientado para a compreensão e a adaptação a futuro próximo.

Nesta nova etapa deste caminho comum, como tenciona articular a acção da Causa Real com a sua vida Famíliar?

A articulação é sempre difícil e implica necessariamente

sacrifícios e adaptações de tempos e horários. Importa ir conseguindo conciliar tudo, nomeadamente também com os outros compromissos profissionais.

Quer falar-nos um pouco do seu percurso enquanto militante monárquico?

Iniciei actividade política aos 12 anos de idade. Mas em termos partidários apenas na década de 80, com o PPM,

tendo sido membro da JM e tendo depois integrado sucessivas Comissões Executivas e Comissões Políticas Nacionais do PPM. Na universidade, e à frente da lista monárquica F, tivemos grande sucesso eleitoral na Faculdade de Direito de Lisboa e integrámos, quer a associação académica, quer a assembleia de Representantes, quer o Conselho Directivo da Faculdade. Em determinado momento, e ainda antes da saída dos históricos, entendi que o histórico papel do PPM estava esgotado e saí.

A que se deveu a sua passagem pelo PPM e, dele, para o Movimento Partido da Terra?

Para mim os partidos sempre foram e devem ser considerados como instrumentais na defesa do bem comum. Na apresentação de propostas e na defesa de princípios. Ou seja, devem existir e ser úteis enquanto prosseguirem o bem comum e forem ao encontro destes objectivos. O papel do PPM no âmbito da defesa da monarquia tinha-se, a meu ver, esgotado. Subsistia a defesa do ambiente. Essa tarefa passou a caber ao MPT – Partido da Terra, hoje também, e infelizmente, uma sombra do seu passado.

O Conservadorismo Verde de que o arquitecto Gonçalo Ribeiro

Telles foi mentor e promotor em Portugal pode ser um dos grandes alicerces da alternativa monárquica?

Estou absolutamente convencido que sim. Não sou grande adepto da expressão mas percebo a ideia. Uma coisa deve todavia ser deixada bem clara: as propostas ambientais de Gonçalo Ribeiro Telles nada têm a ver nem devem ser confundidas com aquilo que agora é imputado às causas ambientais da moda.

No âmbito desta militância, exerceu o mandato de deputado à Assembleia da República. Como avalia essa experiência e quais os principais ensinamentos que retirou dela?

Foi uma experiência muito desgastante mas interessante. Na Assembleia da República pude, contrariamente a uma grande parte dos deputados, fazer trabalho útil e ajudar determinadas causas. Da cidade de Lisboa, do ambiente, da



defesa nacional e até na defesa da monarquia. Fiquei, por exemplo, associado à alteração unânime da lei dos Partidos Políticos, uma proposta nossa que teve sucesso e, também, a importantes iniciativas ambientais.

De que forma o Conservadorismo Verde difere das novas tendências ambientalistas que têm surgido nos últimos anos e que, possivelmente, têm em GretaThunberg o seu expoente máximo? Como foi possível esta alteração de perspectivas e de prioridades?

Tudo começa e acaba com o papel do Homem no âmbito de todo este processo. Com a nossa visão o Homem conta.

Na Assembleia da República pude, contrariamente

útil e ajudar determinadas causas. Da cidade de Lisboa,

do ambiente, da defesa nacional e até na defesa da

a uma grande parte dos deputados, fazer trabalho

Com a visão dessas tendências o Homem é apenas mais um dos seres, aliás muito mal classificado no ranking e até vetado a um crescente e chocante desprezo. A alteração das perspectivas deve-se, apenas à união entre a

nova tecnocracia e os media, nas mãos da mesma. Ou seja, são um produto de marketing.

monarquia.

Que futuro augura para esta visão maximalista e que consequências poderá acarretar a sua eventual preponderância para o justo equilíbrio de uma visão ecológica que não esqueça o papel dos seres humanos no seu seio e que não procure separá-los artificialmente do mundo que os rodeia?

O nosso papel deve ser no sentido da defesa da vida, dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, da liberdade em suma. Todos os movimentos que não defendam esta visão ecológica da sociedade devem merecer o nosso repúdio.

Como vê a actual situação política nacional, nomeadamente a recente maioria absoluta conquistada pelo Partido Socialista?

Com preocupação. A situação de maioria absoluta em si mesma, pelos maus exemplos de um passado recente, inspiram muitos receios os quais não são afastados pela incapacidade da oposição. Muito pelo contrário A situação é desastrosa ao nível político mas, sobretudo, ao nível das mentalidados.

Como avalia a actuação do Presidente da República?

O Presidente da República tem sido um factor de instabilidade, de ausência de pensamento crítico e de uma chocante cumplicidade com propostas externas lesivas do interesse nacional.

Na sua opinião, quais são as maiores lacunas na política portuguesa e no sistema político nacional?

A falta de visão e de defesa do bem comum. O pensamento acrítico. A mentalidade subserviente face ao exterior.

Que papel deve Portugal assumir na Europa e no mundo?

Estaremos a saber cuidar do nosso património material e imaterial e a zelar pela preservação e dignificação da sua memória?

Temos uma derradeira oportunidade com a lusofonia e a CPLP. Se a perdermos tudo o resto de perde.

Considera que o País tem correspondido de forma positiva quer à crise pandémica, quer à guerra da Rússia com a Ucrânia? Sou fortemente crítico das soluções adoptadas. A resposta à "pandemia" foi, no mínimo, chocante, revelando irresponsabilidades várias, ao mais alto nível. Quanto ao conflito Rússia –Ucrânia sou adepto de soluções diplomáticas e não de sanções. Estas penalizam sempre os mesmos, as populações, e são completamente inúteis no que aos políticos e às políticas dizem respeito. Também aqui Portugal, a UE e a ONU têm andado muito mal.

Que avaliação faz da relação existente entre Portugal e os Países de Língua Oficial Portuguesa? O que pode e deve ser melhorado?

> Tudo o que se possa fazer para aproximar povos e gentes é importante.

> No meio de tantas actividades que lhe conhecemos, como conjuga os diferentes aspectos da sua vida?

É uma questão de organização de tempo e espaço. Requer também elasticidade, sobretudo mental.

Que papel teve a sua família no seu percurso de vida?

Absolutamente essencial. A Família é a base da sociedade. Sempre tive o apoia da minha, muitas vezes crítico, é certo.

Na política, que referências apontaria como mais inspiradoras?

Permita-me que destaque apenas exemplos de personalidades que já não estão fisicamente ente nós, para não ferir susceptibilidades. Em Portugal Gonçalo Ribeiro Telles e Henrique Barrilaro Ruas. No estrangeiro, extravasando a política, o Papa João Paulo II.

Quer deixar uma mensagem para os nossos associados, nomeadamente quanto ao que podem esperar de si e da nova direcção da Causa Real para os próximos 3 anos?

Faço um apelo ao trabalho e ao empenho de todos. No fundo um pedido de colaboração por parte de todos os monárquicos. No final veremos os resultados. Esta Direcção está empenhada.

Como completaria a frase "O Rei é..."?

Dos Portugueses!



QUER PRESERVAR OSEU PATRIMÓNIO OU FAZÊ-LO CRESCER?

Na Multi Family Wealth ajudamos o futuro das famílias contribuindo para o crescimento do seu património. Isto significa fazê-lo crescer de forma sustentada e responsável, com base em critérios de investimento conservadores e simples, mas também inovadores. O aconselhamento da Multi Family Wealth, apoiada por sólidos parceiros internacionais, tem contribuído para rentabilidades das carteiras que estão no topo dos rankings de resultados de acordo com análises globais comparativas feitas por entidades independentes tais como a CityWire ou a Bloomberg.

Junte o futuro da sua família ao nosso.





NOTÍCIAS DA JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

Foram diversos e complexos os últimos meses da Juventude Monárquica Portuguesa. Desde eventos à criação de novas Locais, da participação no Congresso da Causa Real à realização de uma Assembleia-Geral interna, das melhorias e actualizações constantes à presença assídua nas redes sociais, entre muitas outras coisas.

Novembro foi um mês muito cheio, tendo a JMP marcado presença no lançamento do livro Memórias de um Roialista, da autoria de Tomás Moreira, numa sessão organizada pela Real Associação de Lisboa e que teve lugar na Câmara Municipal. No dia 19, foi organizada pela JMP uma interessantíssima palestra com o título "Coroas e Auréolas: a Chefia de Estado por Reis Santos", dada pelo Rev. Pe. João Vergamota, e, logo no dia seguinte (20), realizou-se no Porto a Assembleia-Geral electiva da respectiva Local, cuja Direcção é encabeçada por Guilherme Catita. Este importante marco contou com a visita de elementos da Direcção Nacional e de outros membros da JMP à Invicta para a eleição e tomada de posse dos órgãos sociais da JMP Porto.

Para terminar bem este mês, a JMP marcou presença, através de um grande número de associados, no tradicional Jantar dos Conjurados, no dia 30, no Hotel Palácio do Estoril. Poucos dias depois, no dia 8 de Dezembro, foi organizada, por ocasião da Solenidade da Imaculada Conceição da Virgem Santa Maria, uma visita guiada ao Paço Ducal de Vila Viçosa, a que se seguiu um almoço e a participação na Santa Missa e na habitual Procissão, que contou com a presença de SS.AA. RR. os Senhores Duques de Bragança. Mesmo a cruzar o ano e quase no Natal, no dia 20, foi organizado, perto de Mafra, o animado convívio e jantar de Natal da JMP, que contou com a presença do Duque do Porto, o Infante D. Dinis.

Duque do Porto, o Infante D. Dinis. A Juventude Monárquica entrou em força neste ano de 2022, tendo marcado presença, no dia 16 de Janeiro, na Assembleia-Geral Electiva do Conselho Nacional de Juventude, da qual resultou a eleição de novos órgãos sociais para o CNJ. No dia 1 de Fevereiro, destaca-se



a presença de um largo número de associados da JMP, tal como da sua Direcção Nacional, na Santa Missa de Sufrágio pelas Almas de Sua Majestade Fidelíssima El-Rei Rei D. Carlos I e Sua Alteza Real o Príncipe Real D. Luís Filipe, em Lisboa, à qual se seguiu um jantar. Também no Porto, a Local da JMP divulgou e marcou presença na Missa celebrada em mesmo régio sufrágio, na Igreja Paroquial de São João da Foz.

No dia 15, a JMP Porto organizou um debate Monarquia vs República, em que o "lado" monárquico esteve representado pelo Presidente Guilherme Catita. Importa ainda destacar neste mês que, por ocasião do infeliz início da guerra que ainda hoje dura, a JMP divulgou, apoiou e participou na manifestação pela paz e pelo fim da guerra na Ucrânia, junto à embaixada da Federação Russa em Lisboa, a 27 de Fevereiro.

Março foi um mês completo e cheio de trabalho e actividade, tendo começado (dia 5) com a primeira conferência do Ciclo sobre a Agricultura e Mundo Rural, que contou com o contributo do Deputado e Vereador Pedro Frazão e do ex-Presidente da JMP e Presidente da Real Associação do Ribatejo Gonçalo Martins da Silva, que elucidaram os presentes sobre a Política Agrícola Comum e os seus efeitos e consequências, tal como acerca do panorama geral da agricultura em Portugal. A conferência decorreu em Lisboa. Na semana de 7 a 11, foi lançado o podcast da JMP, que arrancou com as entrevistas aos dois candidatos à Presidência da Direcção Nacional da Causa Real, Pedro Quartin Graça e Álvaro Menezes.



No fim-de-semana de 12 e 13 de Março, decorreu, em Évora, o XXVI Congresso da Causa Real, que contou com a expressiva participação da JMP, materializada na presença de doze associados com direito a voto, num total de uma delegação de praticamente duas dezenas, em que se incluíam o Presidente da JMP Porto e o futuro Presidente da JMP Lisboa. O Presidente da JMP, Sebastião de Sá-Marques, e um dos seus Vice-Presidentes, Francisco Lopes Matias, discursaram na tarde de sábado. Na sequência deste Congresso, deu-se a eleição dos associados António Almeida, Margarida Corrêa Martins e Jorge Araújo para orgãos da Causa Real: Direcção Nacional, Conselho de Jurisdição e Conselho Superior, respectivamente.

E se o mês já estava a ser bem preenchido, foi ainda coroado por dois importantes marcos: a Assembleia-Geral electiva de 18 de Março, da qual saíram os novos órgãos sociais da JMP Lisboa, agora liderada pelo novo Presidente da Local Rodrigo Benitez; e a realização da Assembleia-Geral Ordinária da Juventude Monárquica Portuguesa, em Lisboa, a 19 de Março, que contou com a presença de um membro do Conselho de Jurisdição da Causa Real, na qual foram discutidas as mais importantes questões que a instituição enfrenta no futuro próximo, nesta que foi a primeira reunião magna do corrente mandato. A JMP financiou o deslocamento dos associados do Porto que viajaram até Lisboa.

A Juventude Monárquica esteve também envolvida em vários

A Juventude Monárquica esteve também envolvida em vários momentos da visita de Sua Alteza Imperial e Real, D. Bertrand de Orléans e Bragança, Príncipe Imperial do Brasil, em virtude da Celebração dos 200 anos da Emancipação do Brasil. O Presidente da JMP e um membro da Direcção, António Almeida, estiveram presentes numa homenagem no Grémio Literário, em Lisboa, e numa palestra com o tema "Religião e Política", que decorreu em Lisboa no dia 30 de Abril de 2022. Sebastião de Sá-Marques discursou, na cerimónia no Grémio Literário, em nome dos jovens monárquicos portugueses, acerca das relações entre Portugal e o Brasil.

A convite do Instituto Português de Estudos Contemporâneos, a JMP, nas pessoas do Presidente, Vice-Presidente da Formação e Vice-Presidente da Coesão Nacional, assistiu, no dia 3 de Maio, a uma aula aberta de Direito Luso-Brasileiro presidida por S.A.I.R. D. Bertrand na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, seguindo depois para Viseu, onde esteve no jantar de homenagem ao Príncipe Imperial no Clube de Viseu, organizado pela Real Associação de Viseu. A JMP Porto, através da presença na visita de D. Bertrand à igreja da Lapa, e a JMP Lisboa, participando numa Sessão Académica realizada no Instituto Português de Heráldica, também se associaram à visita do Príncipe Imperial do Brasil ao nosso País.

A terceira Vice-Presidência, agora com a designação de Coesão Nacional e Expansão, foi renovada nas últimas semanas, tendo sido apresentada Maria Inês Moreira, natural de Castelo Branco, como Vice-Presidente. O departamento de Imagem e Comunicação também mudou a sua liderança, tendo agora como Vice-Presidente Miguel Leal e Rigor.

Para além de tudo isto, tem sido desenvolvido um trabalho interno muito completo, nomeadamente através da Secretaria-Geral, que tem reorganizado e actualizado, de modos diversos, as ferramentas de trabalho e a comunicação com os associados; do departamento de Imagem e Comunicação, que expandiu e revolucionou a presença nas redes sociais e criou, entre muitos outros projectos, o JMP Podcast; e da Tesouraria, que desenvolveu a loja online, a estratégia de merchandising e parcerias e melhoramentos logísticos consideráveis. Foi ainda lançado o Levantamento Pensar Portugal e estabelecidos contactos vários para a formação de Núcleos e Círculos Monárquicos nas escolas e universidades do País.

Por último, a expansão nacional da JMP, com as locais do Porto e de Lisboa e a sua actividade cada vez maior – seja pelo convívio (Real Fino ou ImpeReais) e amizades que têm gerado, seja pelo fomento dos núcleos, organização de eventos e formação e aproximação entre a estrutura do movimento e as bases (a JMP Porto esteve presente nas comemorações do 25 de Abril e teve dois associados – Guilherme Catita e Jorge Araújo – eleitos para o Conselho Consultivo da Real Associação do Porto), é uma excelente notícia para o movimento juvenil e monárquico português, que cada vez mais floresce e se expande, num caminho difícil, mas entusiasmante.



33° Aniversário da RAL celebrado no Sobral de Monte Agraço

No passado dia 21 de Maio, a Senhora Dona Isabel, Duquesa de Bragança, e o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira, acompanharam cerca de cinquenta associados da Real Associação de Lisboa por ocasião do 33.º aniversário da RAL, numa visita à vila de Sobral de Monte Agraço.

Durante a manhã, antes da chegada de Suas Altezas Reais, os associados presentes visitaram a Igreja de Santo Quintino, monumento nacional, tendo assistido a um breve momento musical de flauta transversal, interpretado por Conceição Moniz e receberam Suas Altezas Reais junto aos Paços do Concelho da vila onde estes assinaram o livro de honra, na presença dos Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal José Alberto Quintino e Luís Soares e dos Vereadores Carla Alves e Joaquim Biancard



Cruz. Os membros da RAL tiveram o gosto de testemunhar este gesto de cortesia e de boas-vindas por parte da autarquia para com a Família Real.

Suas Altezas Reais visitaram ainda o CILT - Centro de Interpretação das Linhas de Torres - antes de se deslocarem à igreja Matriz para aí deporem um ramo de rosas brancas a Nossa Senhora da Vida, padroeira desta localidade.

dois ilustres visitantes foram acompanhados neste gesto de oração e de recolhimento pelo pároco, Reverendo Padre Alfredo Plácido.

A jornada terminou em beleza com um encantador almoço na casa da família Biancard Cruz, a dois passos do centro da vila, que, com aristocrática hospitalidade, mimoseou o grupo de convivas.

do seu aniversário, a Real Associação de Lisboa convida os seus associados a visitar um concelho da sua área de jurisdição.





Assembleia Geral da RAL

Foi com grande afluência de associados que no sábado dia 02 de Abril teve lugar no Salão Nobre da Igreja do Sacramento ao Chiado, a Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, onde foram aprovados o relatório e contas relativos a 2021 assim como o plano de actividades para 2022, apresentados pela direcção liderada por

João Távora. Nesta nossa magna reunião presidida por Nuno Pombo, além da eleição dos delegados ao próximo congresso da Causa Real, decorreu o acto de posse do recém-criado Núcleo do Oeste, que promete animar esta região do distrito de Lisboa com a captação de novos associados e actividades de índole política e cultural, no âmbito do ideário monárquico. Além de Joaquim Maria Biancard Cruz, vereador na Câmara Municipal de Sobral de Monte Ágraço que preside esta Comissão Directiva ora nomeada, tomaram posse o Vice-Presidente Miguel Geraldes Cardoso, de Alenquer; a Secretária Maria da Conceição de Almeida Moniz Figueiredo, da Lourinhã; e os vogais António Pinheiro Lacerda, de Arruda dos Vinhos; António Teixeira de Figueiredo, de Torres Vedras; Diogo Vaz Preto Menezes, de Alenquer; João Caramés Simões, de Mafra; José Maria Cabral da Camara Belmonte, de Alenquer; Márcio Vieira Lopes, do Sobral de Monte Agraço.

A direcção da Real Associação de Lisboa reforçou perante os seus associados o compromisso com a continuidade do seu empenho na promoção por todos os meios ao seu alcance de projectos de âmbito político e cultural, tendo em vista a promoção da opção monárquica da Chefia de Estado e da Família Real Portuguesa.



Actividades da Real Associação do Porto

Entre Novembro passado e o final de Abril, apesar de ainda com limitações, a RAP continuou o cumprimento do seu Programa de Actividades.

Como é da tradição, apesar da interrupção em 2020 fruto da pandemia que nos assolou, realizou-se a 18 de Novembro o **Jantar Anual na Casa dos Arcos**, que tão bem nos recebe. Deu-nos a honra e o gosto de presidir ao Jantar, SAR o Senhor Duque de Bragança, tendo compromissos de agenda impedido a Senhora Dona Isabel de participar também.

Num momento de festa e de convívio com o seu Rei, cerca de 120 pessoas estiveram presentes e apreciaram o evento. De salientar os muitos não associados que aceitaram convites e que perceberam, pelo que viram e ouviram, as vantagens que um regime monárquico pode trazer a Portugal. Fizeramse representar no Jantar, a Real Associação de Viana do Castelo, através da Senhora Dra. Mariana Sant'Ana, e a Ordem Soberana Militar de Malta, pelo Senhor Dr. Gonçalo Vasconcelos e Sousa.

Usaram da palavra SAR o Senhor Dom Duarte



de Bragança e o Presidente da Direcção da Real Associação do Porto.

O jantar foi animado pelo violinista Vladimir Omeltchenko.

Em 22 de Novembro, foi realizada a apresentação do Livro **MEMÓRIAS DUM ROIALISTA** de **Tomás Moreira**, obra e autor que levaram cerca de 100 pessoas, monárquicos ou não, a assistir.

Coube ao Associado da Real Associação do Porto e seu antigo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Lobo Xavier, apresentar o livro, intervindo a seguir ao editor João Távora e antes da intervenção do próprio Tomás Moreira.





Foram também realizadas duas **MISSAS** que anualmente se mandam celebrar: em 1 de Fevereiro, por Alma de Sua Majestade Fidelíssima o Rei Dom Carlos e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luís Filipe.

Para além de diversos Associados e Simpatizantes da RAP presentes, acompanharam ambas as celebrações a Ordem Soberana Militar de Malta e a Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém. No passado dia 7 de Abril, no âmbito da programação de EVENTOS que sistematicamente se promovem, a Real Associação do Porto realizou mais uma **TERTÚLIA**, desta vez sobre o tema **ESTÓRIAS DA HISTÓRIA MONÁRQUICA DA REGIÃO DO PORTO**, tendo sido animada pelo Historiador e Arqueólogo Joel Cleto, pessoa bem conhecida de quem se interessa por estas temáticas.

O evento ocorreu nas instalações dos SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria (www.saom.pt/default.aspx) que, desde 2006, desenvolve um projecto de reinserção social de pessoas sem-abrigo – Projecto DAR SENTIDO À VIDA –, sendo os proveitos das actividades integralmente aplicados nesse projecto. O SAOM desenvolve ainda outros projectos de apoio social a idosos e jovens que, sempre que possível e adequado, se devem apoiar como agora se fez.

Seguiu-se à TERTÚLIA um jantar com muito dos participantes, que se realizou no Restaurante Torreão, pertença dos SAOM.





Foi apresentado o **Programa de Actividades para 2022**, cujo cumprimento já se havia iniciado no começo do ano.

Foi também aprovado o Conselho Consultivo, órgão que é reactivado ao fim de vários anos sem funcionamento, e do qual fazem parte, estatutariamente, os antigos



Presidentes dos Órgãos Sociais e os actuais Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e da Direcção, bem assim como 9 personalidades convidadas pela Direcção.

A Real Associação do Porto mandou celebrar no dia 14 de Fevereiro, pelas 19h00 horas, uma Missa, na Igreja de S. João da Foz, em memória de Sua Alteza o Senhor Dom Henrique de Bragança, Infante de Portugal e Duque de Coimbra. A Missa, presidida pelo Padre Doutor João Pedro Bizarro, contou com a presença de Sua Alteza o Duque de Viseu, Dom Miguel de Bragança.



Daqui e Dali

" A Monarquia é a barreira contra o poder de idiotas em grandes números." Voltaire

NOTICIÁRIO



Entre os meses de Janeiro e Abril de 2022, a Real Associação da Beira Interior, organizou 7 palestras.

A **primeira palestra**, no 15 de Janeiro, abordou o tema "Vamos Cantar as Janeiras na Tradição Popular da Beira Baixa". O evento realizou-se na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, tendo como orador o albicastrense, investigador, professor e poeta António Salvado. A Mesa foi presidida pelo orador e o Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.



A **segunda palestra**, no dia 19 de Fevereiro, abordou o tema "Já Leram a Poesia de Roberto de Mesquita?". O evento realizou-se na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, contando com o mesmo orador. A Mesa foi presidida por este orador, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias Pires, pelo Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira



A **terceira palestra**, no dia 26 de Março, versou sobre o tema "Já Leram a Poesia de Júlio Dantas?". O evento realizou-se na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, tendo novamente António Salvado como orador. A Mesa foi uma vez mais presidida pelo orador e pelo Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.



A **quarta palestra**, no dia 04 de Abril, abordou o tema "A Ordem dos Templários – Caféde Terra Templária". O evento realizou-se no edifício da Junta de Freguesia de Caféde, tendo como oradores os professores, investigadores e historiadores Hermínio Esteves e André Gonçalves. A Mesa foi presidida pelos oradores, pela Presidente da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde, Ana Sofia Pereira, e pelo Grande Secretário da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.



A **quinta palestra**, no dia 07 de Abril, versou sobre o tema "Já Leram os Poemas de Frei Agostinho da Cruz dedicados à Paixão e Morte de Cristo?". O evento realizou-se na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, de novo com a participação de António Salvado na qualidade de orador. A Mesa foi presidida pelo orador e o Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

A **Sexta palestra**, no dia 21 de Abril, abordou o tema "Árvores de Costados da Beira Baixa – As Investigações Genealógicas do Coronel Manuel da Silva Rolão", evento realizado na Biblioteca Municipal de Castelo Branco, tendo como orador o albicastrense, investigador e engenheiro químico Jaime Magueijo. A Mesa foi presidida pelo orador, por Manuel da Silva Rolão e pelo Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.



A **sétima palestra**, no dia 27 de Abril, primeira "Aula de António Salvado", contou com a intervenção do próprio, albicastrense, investigador, professor e poeta. Este evento foi realizado na Escola Secundária Nuno Álvares em Castelo Branco. A Mesa foi presidida pelo próprio, pelo Director do Agrupamento de Escolas Nuno Álvares, António Carvalho, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias Pires, e pelo Vice-Presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

A **"Aula António Salvado"** é um projecto que envolve uma parceria entre a Real Associação da Beira Interior, a Escola Secundária Nuno Álvares e a Junta de Freguesia de Castelo Branco.





REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

VISITA DO SENHOR DOM BERTRAND DE ORLÉANS E BRAGANÇA

Sua Alteza Imperial e Real do Brasil visitou Portugal, no âmbito dos 200 anos da independência do Brasil. Percorreu o nosso país tendo dado à Real Associação de Viseu a honra de por esta ser recebido.

Sua Alteza Imperial e Real é grande amigo de Portugal, país que considera pai do Brasil. Diz haver uma grande dívida de gratidão para com Portugal, de quem o maior legado e o maior tesouro, deixado no Brasil, foi a Fé católica.

A Real Associação de Viseu recebeu Sua Alteza Imperial e Real num jantar no Clube de Viseu, onde, entre as numerosas pessoas presentes, estiveram o Senhor Eng. Fábio Fernandes, Presidente da Real da Beira Litoral, e o Senhor Dr. Sebastião Sá-Marques, Presidente da Juventude Monárquica.

No dia seguinte, a Real de Viseu acompanhou S. A. I. R. ao Santuário da Lapa, a cuja devoção se sente, como brasileiro, muito chegado. Estiveram presentes o Senhor Vigário Geral de Lamego, Rev. P.e Jacinto Rebelo, o Reitor Emérito, Senhor P.e José Alves Amorim, o Reitor, Senhor P.e Joaquim Dionísio, e o Vice-presidente da Câmara de Sernancelhe, Senhor Carlos Santos.





REAL ASSOCIAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO

No dia 22 de Abril de 2022, o **Senhor Duque de Bragança**, acompanhado
pelo Príncipe da Beira, visitou a Ovibeja (38.ª edição).

Durante a estada em Beja, foi também visitada uma
escavação arqueológica, nas instalações do Beja
Hostel.

Na comunicação social local, ecoou a mensagem do Chefe da Casa Real, alertando "para a necessidade de a classe política perceber a importância da independência alimentar do país."





REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

No dia 02.02.2022, o jornal diário Correio do Minho, por ocasião dos 114 anos passados sobre o regicídio,

devidamente assinalados pela Real Associação de Braga, publicou reportagem incluindo entrevista dada pelo seu Presidente, Gonçalo Pimenta de Castro.







REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO

O prémio **Marquês de Rio Maior para a agricultura,** instituído pela Real Associação do Ribatejo - **em** homenagem ao senhor Eng. Agrónomo João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa (ilustre técnico agrícola e agricultor no Ribatejo, professor, director da Estação Nacional de Fruticultura, autarca, membro da Causa Real desde a sua fundação onde exerceu funções dirigentes) - foi, pela primeira vez, atribuído (1 de Abril) ao senhor Eng. Joaquim Pedro Torres, notável produtor de milho, Director-geral da VALINVESTE, até ao ano passado responsável pela AgroGlobal e figura carismática e incontornável do Grupo de Forcados Amadores de Santarém.



Foi disponibilizado o 31.º número da publicação em linha Real Gazeta do Alto Minho, incluindo, entre vários conteúdos políticos, doutrinários e culturais, uma entrevista ao novo presidente da Causa Real, Professor Doutor Pedro Quartin Graça.



Mais notícias da Causa Real

A Causa Real esteve presente, enquanto organização política convidada, na cerimónia de encerramento do 29.º Congresso Nacional do CDS, que ocorreu no dia 3 de Abril em Guimarães. A representação esteve a cargo do Vice-Presidente da Direcção Nacional, José Aníbal Marinho Gomes.

- A Causa Real acompanhou com atenção o desenrolar da crise sísmica na Ilha de São Jorge no Arquipélago dos Açores, também através de contacto direto com a Real Associação da vizinha Ilha Terceira. No dia 30 de Março foi emitido um comunicado solidário com o Povo de São Jorge.
- Nos dias 12 e 13 de março de 2022, realizou-se, no Auditório do Espírito Santo da Universidade de Évora, o XXVI Congresso da Causa Real, tendo sido eleitos novos corpos sociais, designadamente uma nova direcção presidida pelo Professor Doutor Pedro Quartin Graça.

Regularização de Quotas:

Sabia que

toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115 Email: secretariado@reallisboa.pt





O Protesto formal da Grã-Duquesa Charlotte do Luxemburgo

A propósito da recente visita a Portugal de SSAARR os Grão-Duques do Luxemburgo foi justamente recordada a ligação familiar da Casa Grã-Ducal à Família Real Portuguesa e evocada a figura da Grã-Duquesa Charlotte, cujo exílio passou por Portugal em virtude da ocupação alemã do seu país no decurso da Segunda Guerra Mundial.

Filha da Senhora Infanta Dona Maria Ana de Bragança e neta d'El-Rei D. Miguel, a Soberana do Luxemburgo mostrou ser uma digna continuadora do exemplo de firmeza, de fidelidade e de serviço de sua Mãe e de suas Tias - tão bem retratadas no livro As Infantas Bragança e a sua Descendência de Dativo Salvia y Ocaña – , ombreando na tenacidade e no desassombro quanto à condenação e ao combate à monstruosidade anti-cristã que foi o nacional-socialismo com sua Irmã Antoinette da Baviera, perseguida e torturada pelos nazis, bem como com sua Prima a Senhora Infanta Dona Maria Adelaide de Bragança Van Uden - objecto de uma biografia, A Infanta Rebelde, da autoria de Raquel Ochoa, que justamente destaca o seu heroísmo, a sua estatura moral e a sua dedicação aos mais necessitados.

Charlotte do Luxemburgo não assistiu impassível à invasão do seu país e preferiu abandoná-lo a pactuar com o agressor, tendo, em conjunto com o seu Governo, emitido um protesto formal a 4 de Setembro de 1940, divulgado junto das missões diplomáticas, que hoje recordamos.

«Apesar da promessa, feita no início da guerra, de respeito pela integridade e neutralidade do Grão-Ducado do Luxemburgo, o Reich invadiu e ocupou o território do Luxemburgo durante a noite de 9 para 10 de Maio deste ano. A fim de proteger a sua actividade da coacção dos invasores, Sua Alteza Real a Grã-Duquesa e o seu Governo retiraram-se para o estrangeiro de modo a protestarem contra este acto de força e defenderem livremente os interesses do seu país perante as outras nações.

A fim de assegurar a administração civil do país durante a

ocupação militar estrangeira, o Governo, antes da sua partida, não deixou de dar as instruções necessárias às autoridades administrativas luxemburguesas que permanecem no país, em conformidade com os princípios do direito internacional.

No entanto, os actos de ingerência das autoridades alemãs na administração do Grão-Ducado e as medidas por elas decretadas desde 10 de Maio revelaram rapidamente as verdadeiras intenções do Reich em relação ao Luxemburgo. De facto, alguns dias após a invasão, o país foi declarado inimigo e, após um breve período de transição, a administração militar foi substituída por administração alemã sob as ordens de um "Gauleiter" que entrou na cidade do Luxemburgo à frente das forças policiais alemãs. No discurso que proferiu nessa ocasião, este proclamou o carácter alemão da população luxemburguesa. Sucessivamente, suprimiu o uso da língua francesa, que tinha sido a língua oficial do país durante séculos, impôs o uso exclusivo da língua alemã,



declarou a Constituição abolida, dispensou os funcionários públicos da obrigação de jurar fidelidade a Sua Alteza Real a Grã-Duquesa e proibiu o uso das palavras "Grão-Ducado e País do Luxemburgo".

Contra a arbitrariedade destas medidas tomadas em violação do Direito das Gentes, dos Tratados e das promessas feitas pela

Alemanha, Sua Alteza Real a Grã-Duquesa e o seu Governo protestam solenemente. Nunca reconhecerão a sua validade.

Nem no passado, nem no presente, a atitude da Soberana, nem a dos seus Ministros e a da população motivaram o menor pretexto para a injustiça que o Reich está a cometer contra um país pequeno e pacífico entre todos.

Embora as autoridades do Reich tenham feito todos os possíveis desde 10 de Maio para impedir que Sua Alteza Real a Grã-Duquesa e o Governo Grão-Ducal entrassem em contacto com a população luxemburguesa, Sua Alteza Real a Grã-Duquesa e o Governo sabem que, ao formularem este protesto, estão a agir em pleno acordo com o povo luxemburguês que, se fosse livre de expressar os seus sentimentos, não deixaria de afirmar a sua vontade de permanecer livre e independente, como teve a ocasião de fazer, há apenas um ano, celebrando com entusiasmo unânime o Centenário da Independência do Grão-Ducado.»

O Correio Real agradece ao Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na pessoa da sua Directora, senhora Dra. Margarida Lages, o acesso a este importante documento histórico.

Referência: Arquivo Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros. DGNP-Informações políticas e militares sobre a guerra. Situação dos países invadidos e ocupados. C.E 23 P.3/ 1245



Conferência Círculo do Mar Tema: Regenerar o Oceano

No dia 20 de Maio, pelas 17h00m, no Salão Nobre do Palácio da Independência em Lisboa, o Príncipe da Beira, Senhor D. Afonso de Bragança, participou como conferencista no Círculo do Mar da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (ciclo de conferências sob a direção e coordenação do Comandante Orlando Temes de Oliveira), em evento subordinada ao tema Regenerar o Oceano.

SAR, tendo cursado Ciências Políticas e Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, optou por desenvolver o seu percurso académico no âmbito do prestigiado Mestrado em Direito e Economia do Mar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, assim podendo aprofundar conhecimentos sobre áreas de interesse vital para a viabilização de um Portugal independente e com peso geoeconómico e geopolítico. E foi precisamente como Voz Autorizada que o Príncipe abordou, numa perspectiva de futuro, a temática em causa, proferindo uma comunicação

(técnica, mas não sem consciência ético-política) intitulada – O Oceano Verde: o Estado Biológico e Bioquímico do Oceano.

A intervenção inicial, tratando de forma holística as múltiplas problemáticas ligados ao Oceano, esteve a cargo do Professor Doutor Jorge Oliveira e Carmo, Doutor em Engenharia do Ambiente pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (2013), engenheiro do ambiente e engenheiro sanitarista com experiência em políticas do mar, professor em economia do mar; cultor da ilustríssima memória do Senhor seu Pai, o Comandante Oliveira e Carmo, mártir da Pátria (1961).

A sessão, que incluiu um período reservado a perguntas, foi transmida em directo, na plataforma Facebook bem como na plataforma YouTube, assim se alcançando um vasto público.









CR, N°25, JUNHO DE 2022



Notícias

Foi reeditada pela Fundação D. Manuel II a obra sobre a guerra Anglo-Boer, escrita pelo Príncipe D. Luís de Orléans e Bragança, filho da Princesa Isabel do Brasil e do Conde d´Eu.

A primeira edição teve lugar em França em 1900, a 2ª foi realizada pela Gráfica Diocesana de Baucau, em Timor, e esta 3ª foi feita em Portugal.

O lançamento desta 3ª edição teve lugar no Museu Militar de Lisboa, no dia **15 de Dezembro de 2021.**

A obra é uma descrição muito interessante da luta dos descendentes de Holandeses que tinham criado duas repúblicas na África do Sul contra o Império Britânico. Nela, o Príncipe D. Luís descreve como acompanhou esta guerra durante alguns meses. Contém uma descrição interessante da sua passagem pela Madeira e por Lourenço Marques, no caminho para África do Sul.

Esta obra, em Inglês, pode ser adquirida por encomenda à Real Associação de Lisboa.

- No dia **1 de Fevereiro** realizou-se novamente na Igreja de S. Vicente de Fora a santa Missa por alma de S. M., o Rei D. Carlos e de S.A.R., o Príncipe D. Luís Filipe. SS.AA.RR. os Senhores Duques de Bragança estiveram presentes. A cerimónia foi acompanhada por um grupo coral de excelente qualidade.
- No dia **4 de Fevereiro** S.A.R. o Senhor Dom Duarte acompanhou o famoso cantor e militante monárquico José Cid aquando da sua condecoração pelo Presidente da República no Palácio de Belém. Estiveram presentes a sua mulher, Dra. Gabriela Carrascalão, e os Filhos.
- O Senhor Dom Duarte também participou, a convite de S.E. o Presidente da República, nos jantares de homenagem aos Presidentes das Repúblicas da Grécia e de S. Tomé, que tiveram lugar no Palácio da Ajuda, no final de Março e no princípio de Abril, respetivamente, e da Bulgária, que teve lugar no Palácio da Bolsa, durante o mês de Abril.
- No dia **13 de Fevereiro**, S.A.R. esteve em Braga para a cerimónia de tomada de posse do novo Arcebispo Primaz de Braga, D. José Cordeiro, que teve lugar na Sé Catedral de Braga. Foi acompanhado pelo atual Presidente da Real Associação de Braga, Dr. Gonçalo Pimenta de Castro, e pelo anterior Presidente, Dr. Luís Damásio.
- No início de Abril, SS.AA.RR. os Senhores Duques de Bragança deslocaram-se ao Funchal para participar na comemoração do Centenário da morte do Beato Carlos da Áustria. A Missa solene presidida pelo bispo do Funchal, D. Nuno Brás, teve lugar na Sé Catedral desta cidade, no dia 1 de Abril pelas 10h00, e contou com a presença de muitos descendentes do Imperador, numerosos peregrinos húngaros, austríacos, checos e das outras nacionalidades do antigo Império, bem como do Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Miguel Albuquerque, e do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto.

O Representante da República na Madeira ofereceu um jantar no Palácio de S. Lourenço aos Senhores



@ Nuno de Albuquerque

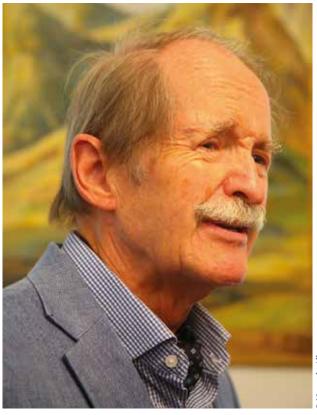
Duques de Bragança e aos descendentes do Imperador Carlos da Áustria.

A Direção da Real Associação da Madeira e Porto Santo reuniuse, em várias ocasiões, com SS.AA.RR. e acompanhou estas cerimónias.

A população madeirense aderiu de modo muito significativo a estes acontecimentos.

Missão em Timor

S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança acompanhado pela sua filha a Senhora Dona Infanta D. Maria Francisca, esteve recentemente em Dili para as celebrações do XX aniversário da independência a convite do governo timorense, por quem é reconhecido como um dos mais decisivos activistas do direito à autodeterminação daquele povo. De realçar que já em 2011 foi atribuída a SAR pelo parlamento desta jovem nação a nacionalidade timorense por "altos serviços prestados ao país nos momentos mais difíceis em que a luta pela independência não era falada, nem comentada pelos meios de comunicação internacionais."



Nuno de Albuquerque

Duque de Bragança no apoio às vítimas do conflito na Ucrânia

SAR o Duque de Bragança está a levar a cabo uma campanha de angariação de fundos para apoio às vítimas do conflito na Ucrânia, a qual no final de Abril já totalizava 100 mil euros.

A campanha realiza-se através das várias representações da Ordem de São Miguel da Ala espalhadas por diversos países, tendo os donativos sido directamente enviados para a Ucrânia, e os bens e apoios distribuídos por famílias refugiadas em Portugal, na Alemanha e na Polónia.

Todos os fundos foram remetidos pelos membros da Ordem de São Miguel da Ala para as Dioceses na Ucrânia ligadas à Ordem e que ficaram encarregadas da sua distribuição. Uma boa parte destes irá para obras urgentes na zona martirizada de Bucha, perto de Kiev.

Em Portugal, a angariação contou com o apoio das Fundações D. Manuel II e Oureana.

Entre os bens distribuídos contam-se medicamentos, vestuário e agasalhos, bem como bens de primeira necessidade, leite e brinquedos.

Para o Duque de Bragança, "o apoio às vítimas de guerra é muito importante e urgente. Não só para o povo que sofre no local do conflito como para os refugiados". Sua Alteza Real referiu ainda que vai manter esta linha de apoio aberta por forma a continuar a apoiar as vítimas.

A Ordem de São Miguel da Ala está presente em 17 países (nomeadamente na Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Croácia, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Líbano, Malta, Rússia, Ucrânia, Hungria, São Tomé e Príncipe, Suíça e Suécia) e conta com cerca de 2500 membros. Fundada por D. Afonso Henriques, a Ordem apoia maioritariamente obras caritativas na Diocese de São Tomé e Príncipe, para além de outras causas humanitárias e culturais.

A Ordem de São Miguel da Ala é a mais antiga Ordem Dinástica da Casa Real Portuguesa, celebrando este ano 850 anos.





FICHA TÉCNICA

Título: O Retrato de D. Maria Bárbara de Bragança no Palácio de Mafra

Autor: Sérgio Gorjão

Prefácio de Vítor Serrão. Edição da Câmara

Municipal de Mafra

O Palácio-Convento de Mafra e o Rei Magnânimo (1706-50) estão a inspirar uma série de lançamentos editoriais, um dos quais — O Projecto de D. João V. Lisboa Ocidental e o urbanismo cenográfico de Filippo Jurara, de Guiseppina Raggi (Caleidoscópio, 286 pp. muito ilustradas) — bem mereceria a nossa atenção aqui (v. Estante). No entanto, damos preferência a este livro de Sérgio Gorjão, actual director do Palácio Nacional de Mafra, pois na sua origem está, antes de tudo o mais, uma história que merece ser conhecida: a da compra à leiloeira do Palácio do Correio Velho deste retrato da infanta de Portugal, princesa das Astúrias e rainha de Espanha. O facto em si — e muito menos o preço do quadro, como já veremos - nada teriam de notório não se desse o caso de o monumento nacional e património mundial da UNESCO desde 2019, apesar de muitíssimo visitado e com ingressos pagos, não ter autonomia financeira bastante para chamar à sua colecção uma obra pictórica relativa a D. Maria Bárbara de Bragança (1711-58), cujo nascimento ficou intrinsecamente ligado à fundação daquele estrondoso edifício, e ter sido a Associação dos Amigos do Convento de Mafra a captar por subscrição pública de proximidade (incluindo duas escolas da região) os modestíssimos 5925 que bastaram para que a pintura feita em Madrid, expoente do chamado Rococó Internacional e um «excelente retrato» do punho de Jacopo Amigoni, «artista viajeiro (acaso veneziano de origem» (Serrão, pp. 13, 14), fosse resgatada e ali permaneça em exposição na Sala D. João V. (Ao que chegámos, apetece dizer, não é?!)

Embora o gesto dos Amigos e Guardiães do Convento seja de louvar — até como prática sem tradição entre nós, embora comecem a haver bons e felizes exemplos —, não deixa de ser irónico que a memória desse pai e filha, que tanto deram e puderam dar em termos de mecenato artístico, que os notabilizou também, fique actualmente

ao puro acaso, como aqui sucedeu, duma conversa de cortesia entre a nova direcção associativa e o anterior director de tão depauperada instituição cultural e patrimonial (v. p. 7). Faltava ainda

consagrar esta aquisição com a publicação dum livro que a lembrasse e, sobretudo, situasse cabalmente o quadro nas representações áulicas da Rainha-Consorte de Espanha e do estimado retratismo de corte da época, que, informa Vítor Serrão, «vivia então o seu tempo de glória e especialização» (p.15). Amigoni também pintou a portuguesa com o seu marido Fernando VI, acompanhados de cortesãos, quadro esse que se evaporou num incêndio palacial no mesmo ano em que foi pintado, 1748.

deixa muito a desejar.



Sérgio Gorjão narra a vida da infanta desde o seu nascimento no Paço da Ribeira, à sua morte no verão muito quente de 1758, causada por diabetes, obesidade, asma e bronquite crónica. À sua altíssima educação formal («robustez educativa», chama-lhe o autor à p. 58) em línguas, política, diplomacia — até matemática - incluiu aprendizagens de música e dança, uma arte em que se distinguiu a tal ponto que certo embaixador inglês admitiu que ela «poderia ganhar a vida com isso se não fosse de sangue real» (cit. p. 32). Domenico Scarlatti foi não apenas mestre, também um dos seus melhores amigos. Mas o destino de D. Maria Bárbara serviria sobretudo o xadrez ibérico, pois o seu casamento muito precoce com Fernando de Bourbon — contrato em 1723, acordo e retratos por Giorgio Domenico Duprá em 1725, preparativos em 1728, viagem para Elvas-Sevilha em Janeiro de 1729 — iria permitir o virar de página num período belicoso das relações entre os dois países por disputas na fronteira brasileira. Num «acto absolutamente excepcional» (p. 45) e de «inusitado luxo» (p. 46), os monarcas pais dos noivos acompanharam-nos até à fronteira do Caia. O primeiro encontro entre ambos

deu-se num majestoso pavilhão efémero construído sobre uma ponte — a «Casa das Entregas», que admiramos numa gravura desse mesmo ano conservada na Biblioteca Pública Municipal do Porto (v. p. 52). Vieira Lusitano desenhou duas medalhas alusivas,

cujos projectos a Biblioteca Pública de Évora guarda (v. p. 55).

A jovem princesa das Astúrias entraria num ambiente hostil, contra o qual ergueu uma bolha de protecção, «um círculo de amizades com pessoas de elevado nível cultural e artístico» (p. 58). A hostilidade da sogra, a rainha Isabel Farnésio, ganharia intensidade quando o casal se fixou em Aranjuez, e iria de mal a pior até serem ostracizados na corte e afastados do centro da vida política. Essa «perniciosa situação» (p. 60) — que

As reproduções são de baixa qualidade, faltam os dados técnicos dos quadros, em particular

as dimensões — o que parece inadmissível num

trabalho com contornos historiográficos —, não há um

índice onomástico e o design gráfico do livro também

fez dum quadro de Van Loo (1743) um «tratado político», que os Drumond Braga escolheram para a capa dum livro da «Estante» deste semestre — durou quase vinte anos, até que em 1746 Fernando subiu ao trono por morte de seu pai, Filipe V, «inaugurando um reinado de paz e prosperidade» (p. 69), ainda que curto — 13 anos apenas —, um savoir vivre rococó, ou «o reinado dos melómanos» (p. 75), todavia não limpo de conspirações e intrigas ou livre de vários ciclos depressivos do rei.

A jovialidade de D. Maria Bárbara no belo retrato feito por Jean Ranc em c. 1729 (Museo do Prado; pp. 42, 101) perdera-se algures nesse rude e agreste caminho, mas a adversidade aproximara os príncipes entre si e serviria de trampolim para «a política de florescimento cultural» que marcaria o seu reinado. A livraria literária e a livraria musical — muito actualizada — da portuguesa impressionam hoje os estudiosos, pela qualidade e quantidade, e ela própria era «uma excelente intérprete de cravo» (p. 65). Uma Storia della Musica, de 1757, foilhe dedicada. Não admira, pois, que a nova dinastia espanhola apostasse na consolidação das colecções reais, no ensino artístico em academias e no patronato. A rainha ofereceu boa parte da sua valiosa colecção pessoal de arte — dita «bens livres» — ao Colégio das Salesias Reais de Madrid, por ela estabelecido em Agosto de 1750 e em cuja igreja foi sepultada seis anos depois. Viciada em diamantes brasileiros, quis ser amortalhada com o hábito dos franciscanos (p. 89).

O livro tem o mérito de traduzir um excerto do testamento de D. Maria Bárbara, pertencente ao Arquivo Geral de Simancas, mas a peça de resistência é sem dúvida o estudo comparado das várias representações da monarca, uma das quais pertencentes, aliás, ao Palácio de Mafra desde 1997, e de cuja veracidade Gorjão tem sérias dúvidas. Cópias e versões de retratos oficiais esperam ainda um inventário exaustivo, com autorias incertas e talvez já indetermináveis. O pertencente ao Palácio Nacional da Ajuda, enquanto princesa das Astúrias e, portanto, anterior a 1746, tem autor desconhecido. Loius-Michel van Loo fez-lhe quatro, um em c. 1740, outro em c. 1746 e dois c. 1750, e de Jacopo Amigoni há mais dois, um datado c. 1750 e de colecção particular (p. 110), e outro pintado em 1748, que da colecção Farinelli transitou para a colecção Zacchia Rondinino Valeri e desde 1944 está em Verona, na colecção dos Marqueses de Canossa (tem versão derivada na colecção Leonardo Botta; v. p. 124).

As reproduções são de baixa qualidade, faltam os dados técnicos dos quadros, em particular as dimensões — o que parece inadmissível num trabalho com contornos historiográficos —, não há um índice onomástico e o design gráfico do livro também deixa muito a desejar. A «prata da casa» duma autarquia de província parece bastar para a função em causa, e o Palácio Nacional, esse, coitado, também não lhe pode dar mais...





A Academia de Portugal em Roma ao tempo de D. João V de Teresa Leonor Vale, ed. Scribe

Primeira academia nacional a ser criada em Roma, depois da francesa, em 1666, a portuguesa fechou portas em 1728, com a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé. A partir dum inventário manuscrito conservado na

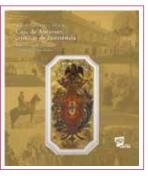
Biblioteca da Ajuda, a autora tenha reconstituir a história dessa relevante instituição de apoio a artistas e de captação de novas e melhores tendências artísticas, todavia de vida muito breve.



Rainhas, princesas e infantas. Quotidiano, ritos e cerimónias na Península Ibérica (séculos XVI-XX) de Isabel e Paulo Drumond Braga (coord.), ed. Temas e Debates

Reunindo investigações sobre o governo feminino nas monarquias ibéricas, e a sua contribuição para mecenato artístico e guias de bom gosto cortesão, este livro tenta perceber quão específica foi a acção política e cultural destas mulheres

num mundo tradicionalmente visto como dominado pelo poder masculino. Uma abordagem contemporânea, lúcida e instigante. A prosseguir, certamente.



Casa de Abrantes, crónicas de resistência de João de Lancastre e Távora, ed. Artes e Letras

Com prefácio de Carlos Bobone e apresentação do historiador Rui Ramos, este livro muito ilustrado revisita a vida de seis marqueses de Abrantes, e os palácios em que quase todos viveram do século XVIII

ao XX. Intervenção política e verve literária, como um valioso apêndice documental demonstra, acompanhou sempre esta família, aqui exposta sob a forma, também memorialista, de «história com pessoas dentro».

